

# RELATÓRIO DE GESTÃO. 2014



Relatório Consolidado



## ÍNDICE

Nota Prévia .....	3
1. Principais destaques .....	3
2. Entidades incluídas no perímetro de consolidação .....	4
3. Síntese da Atividade Consolidada do Ano .....	7
3.1. Análise do Balanço Consolidado .....	7
3.2. Indicadores do Balanço Consolidado .....	8
3.3. Análise da Demonstração de Resultados Consolidada .....	9
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS.....	17
Introdução .....	17
1. Informações relativas às entidades do perímetro de consolidação e a outras entidades participadas.....	19
2. Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada.....	26
3. Informações relativas aos procedimentos de consolidação .....	29
4. Informações relativas ao endividamento de médio e longo prazo.....	30
5. Informações sobre saldos e fluxos financeiros .....	32
6. Informações relativas a compromissos.....	32
7. Informações relativas a políticas contabilísticas .....	35
8. Informações relativas a determinadas rubricas.....	41
9. Informações diversas .....	50
CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS.....	52
ANEXOS .....	58



## **Nota Prévia**

Em cumprimento do disposto no artigo 75º, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, apresenta-se o presente Relatório de contas consolidadas relativas ao ano de 2014 o qual é submetido para aprovação em momento diferente da apresentação das contas individuais nos termos do nº 2, do artigo 76º da referida Lei, que estabelece o novo regime financeiro das autarquias e das entidades intermunicipais.

As contas consolidadas do grupo autárquico cumprem ainda a Orientação nº 1/2010 aprovada pela Portaria nº 474/2010, de 1 de julho, que estabelece um conjunto de princípios orientadores e os requisitos mínimos que devem estar subjacentes à consolidação de contas das entidades públicas administrativas e que de, acordo com o seu artigo 5º, são de aplicação obrigatória.

### **1. Principais destaques**

O perímetro de consolidação do Município do Porto engloba as empresas municipais, Gestão de Obras Públicas da Câmara Municipal do Porto, EM, CMPH - DomusSocial – Empresa de Habitação e Manutenção do Município do Porto, EM, CMPEA - Empresa de Águas do Município do Porto, EM, CMPL - Empresa de Desporto e Lazer do Município do Porto, EM e a Fundação para o Desenvolvimento Social do Porto, todas entidades controladas a 100%.

Refira-se ainda que, de acordo com as instruções do SATAPOCAL, de 16 de maio de 2011, a APOR – Agência para a Modernização do Porto, SA, o Mercado Abastecedor do Porto, SA, a Adeporto – Agência de Energia do Porto, a Porto Vivo, SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana da Baixa Portuense, SA, a Associação Porto Digital<sup>1</sup>, o Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Porto D'Ouro, o Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Porto Novo e o Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado - Invesurb, entidades nas quais o Município do Porto detém influência significativa, ou seja, uma participação financeira superior a 20% e inferior a 50%, são incluídos no perímetro de consolidação através do método de equivalência patrimonial.

Por outro lado, verifica-se a saída do perímetro de consolidação da Fundação Ciência e Desenvolvimento, por força da conclusão, em junho de 2014, do processo de liquidação e consequente escritura de extinção, o que resultou na integração de uma parte do seu

---

<sup>1</sup> Entidade incluída no M.E.P. em 2014

património, no património do Município do Porto, e uma outra parte, no património da Universidade do Porto.

## **2. Entidades incluídas no perímetro de consolidação**

### **2.1. Gestão de Obras Públicas da Câmara Municipal do Porto, EM**

A Gestão de Obras Públicas da Câmara Municipal do Porto, EM, abreviadamente designada por GOP, EM, constituída em 2000, tem por objeto o exercício da atividade de gestão de obras públicas para o Município do Porto e para outras entidades, públicas ou privadas.

O grande número de intervenções realizadas assenta na edificação de novos agrupamentos habitacionais, equipamentos públicos e vias de comunicação, e na reabilitação e requalificação de bairros municipais e outros espaços urbanos.

### **2.2. CMPH - DomusSocial – Empresa de Habitação e Manutenção do Município do Porto, EM**

A CMPH – DomusSocial – Empresa de Habitação e Manutenção do Município do Porto, EM, abreviadamente designada por DomusSocial, EM, constituída em 2000, tem a responsabilidade de gestão do parque habitacional do Município, bem como assegurar a manutenção de equipamentos e infraestruturas, do domínio público e privado, cuja gestão seja da Câmara Municipal do Porto.

No âmbito da gestão do parque habitacional cabe-lhe, entre outras, a organização e execução dos processos de aquisição, atribuição e venda de fogos, bem como assegurar a sua correta ocupação e de todo o processo administrativo de cobrança das rendas devidas pela sua utilização para além de elaborar propostas e atualizar taxas e rendas.

### **2.3. CMPEA - Empresa de Águas do Município do Porto, EM**

A CMPEA - Empresa de Águas do Município do Porto, EM, abreviadamente designada por Águas do Porto, EM, criada em 2006, a partir dos extintos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento do Porto tem como missão assegurar continuamente os serviços de abastecimento público de água e de saneamento em toda a cidade do Porto.

No âmbito dos seus objetivos estão o fornecimento de água de qualidade em todos os locais de consumo, reduzir as perdas de água, fazer a ligação de todos os prédios à rede de

saneamento, o tratamento de todos os esgotos e a despoluição das ribeiras para além de promover a bandeira azul nas praias.

#### **2.4. A CMPL - Empresa de Desporto e Lazer do Município do Porto, EM**

A CMPL - Empresa de Desporto e Lazer do Município do Porto, EM, abreviadamente designada por Porto Lazer, EM, constituída em 2006, foi criada para fomentar, apoiar e promover atividades lúdicas e recreativas, físicas e desportivas, bem como a animação cultural, de uma forma regular e contínua.

Para além destes objetivos, colabora na criação de condições necessárias ao incremento de hábitos de participação ativa da população na prática destas atividades.

#### **2.5. Fundação para o Desenvolvimento Social do Porto**

A Fundação para o Desenvolvimento Social do Porto, abreviadamente designada por Fundação Porto Social com competências delegadas pela Câmara Municipal do Porto para intervenção em matéria de ação social, pretende melhorar o tecido social da cidade com o objetivo de criar condições que permitam a participação dos cidadãos com menos recursos na cultura e lazer bem como na dinâmica da cidade.

#### **2.6. APOR – Agência para a Modernização do Porto, SA**

A APOR – Agência para a Modernização do Porto foi constituída em 1997, com o objetivo de desenvolver ações de modernização da Base Económica da Cidade do Porto. O Município do Porto detém uma participação de capital nesta entidade de 34,6%.

#### **2.7. Mercado Abastecedor do Porto, SA**

O Mercado Abastecedor do Porto foi constituído em 1988, como polo logístico de apoio à distribuição e comércio por grosso de produtos agroalimentares e flores, tendo o Município do Porto uma participação no capital desta entidade de 25,5%.

#### **2.8. Adeporto – Agência de Energia do Porto**

A Adeporto – Agência de Energia do Porto criada em 2007, com o objetivo de utilização racional da energia, eficiência energética, gestão ambiental no interface com a energia e melhor aproveitamento dos recursos energéticos, é detida pelo Município do Porto em 33,2% do seu capital.

## **2.9. Porto Vivo, SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana da Baixa Portuense, SA**

A Porto Vivo, SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana da Baixa Portuense, SA, abreviadamente designada por Porto Vivo, foi constituída em 2004, com a missão de conduzir o processo de reabilitação urbana da Baixa Portuense, é detida pelo Município do Porto, em 40% do seu capital.

## **2.10. Fundo Porto D'Ouro – Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado**

O Fundo Porto D'Ouro – Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado, administrado, gerido e representado pela Fundger – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, foi criado em 2009, sendo o Município do Porto detentor de uma participação de 50% do capital do mesmo.

## **2.11. Fundo Porto Novo – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado**

O Fundo Porto Novo – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado, administrado, gerido e representado, pela Banif Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, SA, foi constituído em 2009, tendo, o Município do Porto, uma participação de 20,9% no seu capital.

## **2.12. Invesurb – Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado**

Tendo em vista a reabilitação e adaptação dos imóveis que integram o Bairro do Aleixo foi constituído, em 2009, o Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado de Subscrição Particular, administrado pela Gesfimo – Espírito Santo Irmãos, Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, SA, em que o Município do Porto é detentor de uma participação de 30% no seu capital.

## **2.13. Associação Porto Digital**

Foi constituída em 2004, com o objetivo de promover a criação de uma comunidade digital, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e bem-estar dos cidadãos e para a evolução para uma Sociedade de Informação e do Conhecimento, que possa estar ao alcance de todos. O Município do Porto é detentor de uma quota de 25%.



### 3. Síntese da Atividade Consolidada do Ano

#### 3.1. Análise do Balanço Consolidado

O Balanço Consolidado e o Sistema Contabilístico adequam-se às instruções publicadas pelo SATAPOCAL, em 16 de maio de 2011, espelhando a situação patrimonial do Grupo Município do Porto a 31 de dezembro de 2014.

##### Q. 1 – Balanço consolidado

Descrição	2014			2013			Variação 13-14	
	Valor	Peso	%	Valor	Peso	%	Valor	%
Imobilizado	1.367.200.950	88,7%		1.333.902.549	93,3%		33.298.401	2,5%
Existências	1.630.926	0,1%		14.196.927	1,0%		-12.566.001	-88,5%
Dívidas de terceiros - curto prazo	20.226.144	1,3%		22.305.369	1,6%		-2.079.225	-9,3%
Disponibilidades	65.394.353	4,2%		40.537.132	2,8%		24.857.221	61,3%
Acréscimos e diferimentos	86.654.418	5,6%		18.264.821	1,3%		68.389.597	374,4%
<b>Ativo</b>	<b>1.541.106.791</b>	<b>100,0%</b>		<b>1.429.206.798</b>	<b>100,0%</b>		<b>111.899.993</b>	<b>7,8%</b>
Património	923.445.043	81,0%		836.054.227	81,2%		87.390.816	10,5%
Ajustamentos em partes de capital	336.781	0,0%		336.781	0,0%		0	0,0%
Reservas	86.422.405	7,6%		85.959.383	8,3%		463.022	0,5%
Subsídios	101.456	0,0%		101.456	0,0%		0	0,0%
Doações	10.243.369	0,9%		157.922	0,0%		10.085.447	6386,3%
Regularizações	61.398.495	5,4%		61.662.217	6,0%		-263.722	-0,4%
Resultados	58.704.807	5,1%		45.082.712	4,4%		13.622.095	30,2%
Interesses Minoritários		0,0%		184.626	0,0%		-184.626	-100,0%
<b>Fundos Próprios</b>	<b>1.140.652.356</b>	<b>100,0%</b>		<b>1.029.539.324</b>	<b>100,0%</b>		<b>111.113.032</b>	<b>10,8%</b>
Provisões para riscos e encargos	46.057.992	11,5%		35.992.428	9,0%		10.065.564	28,0%
Dívidas a terceiros - médio e longo prazo	82.052.323	20,5%		85.752.085	21,5%		-3.699.762	-4,3%
Dívidas a terceiros - curto prazo	41.351.690	10,3%		37.610.546	9,4%		3.741.144	9,9%
Acréscimos e diferimentos	230.992.430	57,7%		240.312.415	60,1%		-9.319.985	-3,9%
<b>Passivo</b>	<b>400.454.435</b>	<b>100,0%</b>		<b>399.667.474</b>	<b>100,0%</b>		<b>786.961</b>	<b>0,2%</b>

O Balanço Consolidado, relativo ao exercício de 2014, apresenta uma evolução positiva, face ao ano anterior, e quando comparado com o Balanço do Município do Porto permite verificar o forte peso do Município enquanto entidade-mãe, cuja representatividade é superior a 90% e, como tal, responsável pela apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do grupo.

Neste contexto, realça-se o aumento do ativo de 7,8%, próximo da variação de 10,4% do Município, pelo efeito de idênticas variações nas componentes do imobilizado, das disponibilidades e dos acréscimos e diferimentos, conjugadas com a diminuição de existências e das dívidas de terceiros de curto prazo, conforme já descrito na análise ao balanço do Município do Porto.

O aumento de 10,8% nos fundos próprios, muito próximo ao verificado para o Município (13,8%), resulta fundamentalmente, da variação positiva ocorrida no valor do património, em resultado da incorporação de património não registado no balanço inicial, da entidade-mãe.

A variação do passivo consolidado, de 0,2%, é ligeiramente superior ao aumento de 0,1% que ocorreu no passivo do Município do Porto. Para este aumento contribuiu, essencialmente, o acréscimo das dívidas a terceiros de curto prazo na Empresa Águas do Porto EM, decorrente do Acordo Caixa de Reforma, que terminou com o litígio judicial entre as partes.

### 3.2. Indicadores do Balanço Consolidado

#### Q. 2 – Indicadores do balanço consolidado

Indicadores	2014 Consolidado	2013 Consolidado
<b>Estrutura do Ativo</b>		
Ativo fixo / Ativo total	88,7%	93,3%
Ativo circulante / Ativo total	11,3%	6,7%
Ativo fixo / Ativo circulante	786,2%	1399,6%
<b>Estrutura do Passivo</b>		
Recursos permanentes / Passivo	363,0%	339,2%
Passivo longo prazo / Passivo exigível	59,1%	60,4%
Passivo curto prazo / Passivo exigível	40,9%	39,6%
Passivo curto prazo / Passivo longo prazo	69,2%	65,6%
<b>Análise do Ativo Fixo</b>		
Ativo fixo / Endividamento a médio longo prazo	1666,3%	1555,5%
Amortizações exercício / Variação imobilizado	41,8%	26,3%
<b>Análise do Passivo exigível</b>		
<b>- Coeficiente de endividamento</b>		
Passivo exigível / Fundos próprios	12,2%	13,8%
<b>- Coeficiente de endividamento a curto prazo</b>		
Exigível a curto prazo / Fundos próprios	5,0%	5,5%
<b>- Coeficiente de endividamento a longo prazo</b>		
Exigível a médio longo prazo / Fundos próprios	7,2%	8,3%
Exigível a médio longo prazo / Imobilizado corpóreo	8,4%	9,2%
<b>Grau de autonomia</b>		
Fundos próprios/Ativo	74,0%	72,0%
<b>Índice de Liquidez Imediata</b>		
Disponibilidades / Exigível a curto prazo	1,2	0,7
<b>Índice de Solvência</b>		
Ativo/ Passivo exigível	11,1	10,1

Todos os indicadores do balanço consolidado apresentam variações semelhantes às do balanço do Município do Porto e no mesmo sentido.

Destaca-se a estrutura do passivo com uma redução significativa do passivo exigível por efeito da redução do passivo de longo prazo, o que continua a evidenciar a independência financeira do grupo e a capacidade de responder aos seus compromissos, nomeadamente a médio e longo prazo.

Os indicadores relativos ao passivo exigível evidenciam uma evolução positiva da independência financeira do grupo Município do Porto. Apesar do aumento dos fundos próprios e do imobilizado corpóreo, o coeficiente de endividamento de longo prazo regista uma redução relativamente ao ano transato em resultado da diminuição das dívidas de médio e longo prazo.

Ao nível do conjunto das empresas objeto de consolidação é evidente a capacidade de financiamento do ativo através de capitais próprios, sem ter que recorrer a empréstimos de médio e longo prazo, medida pelo grau de autonomia.

Assinala-se ainda o aumento do índice de solvência que apresenta uma melhoria de 1,0 p.p. relativamente ao ano de 2013, demonstrando a capacidade do grupo Município do Porto em solver os seus compromissos.

### 3.3. Análise da Demonstração de Resultados Consolidada

Q. 3 – Demonstração consolidada dos resultados por natureza

Designação	2014		2013		Variação 13-14	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
	€		€		€	
<b>Custos e perdas</b>						
Custos mercadorias vendidas e matérias consumidas	10.516.231	4,7%	11.341.400	5,0%	-825.169	-7,3%
Fornecimento e serviços externos	59.695.586	26,9%	64.354.229	28,6%	-4.658.643	-7,2%
Pessoal	73.244.395	33,0%	73.843.308	32,8%	-598.913	-0,8%
Transferências e subsídios correntes concedidos	6.171.176	2,8%	5.147.973	2,3%	1.023.203	19,9%
Amortizações do exercício	49.524.888	22,3%	49.334.032	21,9%	190.856	0,4%
Provisões do exercício	5.038.855	2,3%	5.646.266	2,5%	-607.411	-10,8%
Outros custos perdas operacionais	642.815	0,3%	994.462	0,4%	-351.647	-35,4%
Custos e perdas financeiras	4.843.581	2,2%	4.526.640	2,0%	316.941	7,0%
Outros custos	12.372.289	5,6%	9.633.884	4,3%	2.738.405	28,4%
<b>Total</b>	<b>222.049.816</b>	<b>100,0%</b>	<b>224.822.194</b>	<b>100,0%</b>	<b>-2.772.378</b>	<b>-1,2%</b>
<b>Proveitos e ganhos</b>						
Vendas e prestações de serviços	61.773.433	26,7%	64.884.048	27,9%	-3.110.615	-4,8%
Impostos e taxas	95.890.490	41,4%	103.578.717	44,6%	-7.688.227	-7,4%
Variação da produção	-96.375	0,0%	-127.149	-0,1%	30.774	24,2%
Trabalho para a própria entidade	62.997	0,0%	0	0,0%	62.997	100,0%
Transferências e subsídios correntes	31.564.597	13,6%	32.514.670	14,0%	-950.073	-2,9%
Proveitos financeiros	8.051.076	3,5%	8.797.075	3,8%	-745.999	-8,5%
Outros	34.337.417	14,8%	22.547.860	9,7%	11.789.557	52,3%
<b>Total</b>	<b>231.583.635</b>	<b>100,0%</b>	<b>232.195.221</b>	<b>100,0%</b>	<b>-611.586</b>	<b>-0,3%</b>
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>9.533.819</b>		<b>7.373.027</b>		<b>2.160.792</b>	<b>29,3%</b>
Imposto sobre o rendimento do exercício	1.453.862		950.131		503.731	53,0%
<b>Resultado líquido do exercício consolidado com interesses minoritários</b>	<b>8.079.957</b>		<b>6.422.896</b>		<b>1.657.061</b>	<b>25,8%</b>

A Demonstração de Resultados Consolidada adequa-se às instruções publicadas pelo SATAPOCAL, em 16 de maio de 2011, apresentando os resultados das operações económicas do Grupo, durante o ano de 2014.

À semelhança do Balanço Consolidado, também na Demonstração de Resultados Consolidada o grupo Município do Porto apresenta uma variação idêntica na generalidade das rubricas, face ao ano anterior, tendo em conta o peso do Município do Porto enquanto entidade-mãe.

Os custos e perdas reconhecidos no exercício de 2014 manifestam, no seu conjunto, um decréscimo de 1,2% relativamente ao ano anterior motivada essencialmente pela diminuição dos fornecimentos e serviços externos em todas as entidades e pela diminuição das provisões do exercício.

Nos proveitos e ganhos, com uma estrutura similar à do Município do Porto, assinala-se a diminuição das vendas e prestações de serviços de 4,8%, e a diminuição dos impostos e taxas de 7,4%. Os impostos e taxas e a variação da produção são influenciados pela entidade mãe e nas transferências e subsídios obtidos, as entidades que mais contribuíram para o seu decréscimo foram a Porto Lazer, EM e a Fundação Porto Social.

Como consequência do apuramento de resultados obtém-se um valor líquido positivo de 8,1 milhões de euros, superior em 2,2 milhões de euros ao obtido pelo Município do Porto.

# RELATÓRIO DE GESTÃO. 2014



Demonstrações Financeiras Consolidadas e Anexos





MUNICÍPIO DO PORTO

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR NATUREZA

CUSTOS E PERDAS		2014		2013	
Custo Mercadorias Vendidas Matérias Consumidas:					
	Mercadorias	8.046.292		8.475.567	
	Matérias	2.469.939	10.516.231	2.865.833	11.341.400
	Fornecimentos e serviços externos		59.695.586		64.354.229
Custos com o pessoal:					
	Remunerações	54.494.902		55.962.931	
	Encargos Sociais	18.749.493	73.244.395	17.880.377	73.843.308
	Transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	6.171.176		5.147.973	
	Amortizações do exercício	49.524.888		49.334.032	
	Ajustamentos				
	Provisões do exercício	5.038.855	60.734.919	5.646.266	60.128.271
	Outros custos e perdas operacionais	642.815	642.815	994.462	994.462
	(A)		204.833.946		210.661.670
	Custos e perdas financeiras	4.843.581	4.843.581	4.526.640	4.526.640
	(C)		209.677.527		215.188.310
	Outros custos e perdas extraordinários		12.372.289		9.633.884
	(E)		222.049.816		224.822.194
	Imposto sobre o rendimento do exercício		1.453.862		950.131
	(G)		223.503.678		225.772.325
	Interesses minoritários				48.487
	Resultado líquido do exercício atribuível à entidade mãe		<b>8.079.957</b>		<b>6.374.409</b>
	Resultado líquido do exercício com Interesses Minoritários		<b>8.079.957</b>		<b>6.422.896</b>
			<b>231.583.635</b>		<b>232.195.221</b>
PROVEITOS E GANHOS					
Vendas e prestações de serviços:					
	Vendas de mercadorias	19.107.929		19.647.726	
	Vendas de produtos				
	Prestações de serviços	42.665.504	61.773.433	45.236.322	64.884.048
	Impostos, taxas e outros		95.890.490		103.578.717
	Variação da produção		(96.375)		(127.149)
	Trabalhos para a própria entidade		62.997		
	Proveitos suplementares	520.063		473.691	
	Transferências e subsídios correntes obtidos	31.564.597		32.514.670	
	Outros proveitos e ganhos operacionais	1.966.574		2.008.793	
	(B)		34.051.234		34.997.154
	Proveitos e ganhos financeiros		191.681.779		203.332.770
	(D)		8.051.076		8.797.075
	Proveitos e ganhos extraordinários		199.732.855		212.129.845
	(F)		31.850.780		20.065.376
			<b>231.583.635</b>		<b>232.195.221</b>
Resultados operacionais: (B)-(A)			(13.152.167)		(7.328.900)
Resultados financeiros: (D-B)-(C-A)			3.207.495		4.270.435
Resultados correntes: (D)-(C)			(9.944.672)		(3.058.465)
Resultados antes de impostos: (F)-(E)			9.533.819		7.373.027
<b>R. líquido consolidado do exercício atribuível à entidade mãe:</b>			<b>8.079.957</b>		<b>6.374.409</b>
<b>R. líquido consolidado do exercício com interesses minoritários:</b>			<b>8.079.957</b>		<b>6.422.896</b>



MUNICÍPIO DO PORTO  
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Designação	2014	2013
<b>Atividades operacionais:</b>		
Recebimentos de clientes	165.667.604	164.654.635
Pagamentos a fornecedores	(84.776.910)	(87.904.554)
Pagamentos ao pessoal	(71.433.788)	(73.088.667)
<i>Fluxo gerado pelas operações</i>	<b>9.456.906</b>	<b>3.661.414</b>
Pagamento / recebimento de imposto sobre o rendimento	(1.316.636)	(711.135)
Outros recebimentos / pagamentos relativos à atividade operacional	24.966.471	14.338.345
<i>Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias</i>	<b>33.106.741</b>	<b>17.288.624</b>
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias	2.049.004	4.866.834
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	(8.340.491)	(2.083.795)
<i>Fluxo das atividades operacionais</i>	<b>26.815.254</b>	<b>20.071.663</b>
<b>Atividades de investimento:</b>		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros		(10.000.000)
Imobilizações corpóreas	15.575.153	18.113.310
Imobilizações incorpóreas		(6.782)
Subsídios ao investimento	3.372.157	7.988.114
Juros e proveitos similares	560.606	445.485
Dividendos	360.047	633.062
.....		
.....		
	<b>19.867.963</b>	<b>17.173.189</b>
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros		
Imobilizações corpóreas	(8.350.306)	(38.679.578)
Imobilizações incorpóreas	(1.026.579)	(1.246.023)
.....		
	<b>(9.376.885)</b>	<b>(39.925.601)</b>
<i>Fluxos das atividades de investimento</i>	<b>10.491.078</b>	<b>(22.752.412)</b>
<b>Atividades de financiamento:</b>		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos	1.047.940	5.569.972
Aumentos de capital, prestações suplementares e prémios de emissão		
Subsídios e doações	188.080	663.757
Venda de ações (quotas) próprias		
Cobertura de prejuízos		
.....		
	<b>1.236.020</b>	<b>6.233.729</b>
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	(10.266.274)	(10.144.116)
Amortização de contratos de locação financeira	(588.205)	(575.496)
Juros e custos similares	(2.722.486)	(3.359.643)
Dividendos		
Redução de capital e prestações suplementares		10.000.000
Aquisição de ações (quotas) próprias		
Outros		
	<b>(13.576.965)</b>	<b>(4.079.255)</b>
<i>Fluxos das atividades de financiamento</i>	<b>(12.340.945)</b>	<b>2.154.474</b>
Variações de caixa e seus equivalentes	24.965.387	(526.275)
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	40.537.132	41.063.405
Caixa e seus equivalentes no início do período (alteração perímetro)	(108.166)	
Caixa e seus equivalentes no fim do período	65.394.353	40.537.132



## **ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS**

### **Introdução**

O Município do Porto apresenta demonstrações financeiras consolidadas relativas a 31 de dezembro de 2014.

A obrigatoriedade de consolidar decorre do nº 1 do Artigo 75.º, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, o qual estipula que *“sem prejuízo dos documentos de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas”*.

Considerando que a consolidação de contas deve permitir proceder à comparação da informação numa perspetiva intemporal, bem como com outros setores e com outras jurisdições, foi publicada a Portaria nº 474/2010, de 1 de julho, que aprova a Orientação nº 1/2010 “Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do setor público administrativo” obrigatoriamente aplicável ao Município do Porto.

De acordo com a mesma Portaria e o SATAPOCAL, sem prejuízo dos princípios contabilísticos legalmente estabelecidos no POCP e planos setoriais, a preparação e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas das administrações públicas que compõem o setor público administrativo devem pautar-se, em especial, pelo conjunto de princípios aplicados pela entidade-mãe, o qual deve assegurar, designadamente, a relevância e materialidade, a fiabilidade, a neutralidade, a plenitude, a comparabilidade espacial e temporal e a representação fidedigna da informação nelas contidas.

Neste âmbito, seguindo o estabelecido no ponto 4.5.5.1 das instruções do SATAPOCAL para a consolidação de contas, o Município do Porto, atendendo ao seu perímetro de consolidação, adota os seguintes métodos de consolidação:

- a) Método de consolidação integral que consiste na integração no balanço e na demonstração de resultados e no mapa de execução orçamental da entidade consolidante dos elementos respetivos dos balanços, das demonstrações dos resultados e dos mapas de execução orçamental das entidades consolidadas;
- b) Método de equivalência patrimonial que consiste na substituição no balanço da entidade consolidante do valor contabilístico das partes de capital por ela detida pelo valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios da entidade participada.

As contas consolidadas do grupo público do Município do Porto, em 2014, apresentam a contabilização da participação em entidades consolidadas, em conformidade com a legislação atrás enunciada, conforme a entidade se encontre integrada no perímetro de consolidação (utilizando-se o método de consolidação integral, conforme previsto na Norma Contabilística e de Relato Financeiro 15 “Investimentos em subsidiárias e consolidação”) ou exerça influência significativa (utilizando-se o método de equivalência patrimonial, conforme previsto na Norma Contabilística e de Relato Financeiro 13).

As entidades consolidadas aplicaram nas suas contas individuais o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), publicado pelo Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, integrando as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro e as Normas Interpretativas.

Deste modo, as entidades incluídas no perímetro de consolidação devem converter os seus próprios critérios de valorimetria em critérios uniformes ao grupo público, de forma a garantir a homogeneização da informação previamente à aplicação de qualquer dos métodos de consolidação.

No que respeita à numeração das notas do Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas, foram utilizadas as instruções publicadas pelo SATAPOCAL, de 16 de maio de 2011. Conforme indicado na Portaria nº 474/2010, de 01 de julho, para efeitos de aplicação do método de consolidação integral foi adotado o previsto na Norma Contabilística e de Relato Financeiro 15 – “Investimentos em subsidiárias e consolidação”, publicada no aviso nº 15.655/2009, de 7 de setembro, com as necessárias adaptações à realidade do setor das autarquias locais.

As notas do presente Anexo incluem as informações financeiras sobre os saldos e fluxos financeiros entre as entidades alvo de consolidação, o mapa de endividamento consolidado de médio e longo prazo e o mapa da dívida bruta consolidada, que são exigidas pelo nº 7 do Artigo 75.º, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro.

As notas não apresentadas não são aplicáveis ou o seu conteúdo é irrelevante para a análise das Demonstrações Financeiras.

Todos os valores são apresentados em euros.

## **1. Informações relativas às entidades do perímetro de consolidação e a outras entidades participadas**

### **Caraterização da entidade consolidante a 31/12/2014**

#### **Município do Porto**

NIF: 501 306 099

Composição do Órgão Executivo:

Presidente: Rui Moreira

Vereadores: Guilhermina Rego

Manuel Pizarro

Manuel de Sampaio Pimentel

Paulo Cunha e Silva

Filipe Araújo

Cristina Pimentel

Manuel Correia Fernandes

Composição do Órgão Deliberativo:

Presidente: Miguel Pereira Leite

Secretário: Ana Paula Vitorino

Secretário: Maria Paula de Faria

Sistema aplicável de Contabilidade: Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais

### **Caraterização das entidades consolidadas a 31/12/2014**

#### **Gestão de Obras Públicas da Câmara Municipal do Porto, EM**

NIF: 505 037 238

Composição do Conselho de Administração

Presidente: Cristina Pimentel

Vogal não executivo: Manuel Correia Fernandes

Administradora executiva: Cátia Meirinhos

Sistema aplicável de Contabilidade: SNC - Sistema de Normalização Contabilística

#### **CMPH - DomusSocial – Empresa de Habitação e Manutenção do Município do Porto, EM**

NIF: 505 037 700

Composição do Conselho de administração:

Presidente: Manuel Pizarro

Vice-presidente: Barbosa Pinto

Vogal: Manuela Álvares

Sistema aplicável de Contabilidade: SNC - Sistema de Normalização Contabilística

### **CMPL – Porto Lazer - Empresa de Desporto e Lazer do Município do Porto, EM**

NIF: 507 718 640

Composição do Conselho de Administração:

Presidente: Rui Moreira

Administrador Executivo: Rui Nuno Lemos

Administrador Executivo: Luís Alves

Sistema aplicável de Contabilidade: SNC - Sistema de Normalização Contabilística

### **CMPEA – Empresa de Águas do Município do Porto, EM**

NIF: 507 718 666

Composição do Conselho de Administração:

Presidente: João Matos Fernandes

Administrador Executivo: Frederico Martins Fernandes

Administradora Não Executiva: Adriana Aguiar Branco

Sistema aplicável de Contabilidade: SNC - Sistema de Normalização Contabilística

### **Fundação para o Desenvolvimento Social do Porto**

NIF: 503 619 752

Composição do Conselho de Administração:

Presidente: Rui Moreira

Administradora Executiva: Raquel Castelo Branco

Vice-presidente: Carlos Mota Cardoso

Sistema aplicável de Contabilidade: POCP - Plano Oficial de Contabilidade Pública

### **APOR – Agência para a Modernização do Porto, SA**

NIF: 504 136 267

Composição do Conselho de Administração

Presidente: Augusto Castro Ribeiro

Vogais: Ana Maria de Almeida

Joaquim dos Santos Carvalho

Sistema aplicável de Contabilidade: SNC - Sistema de Normalização Contabilística

### **Mercado Abastecedor do Porto, SA**

NIF: 501 958 630

Composição do Conselho de Administração:

Presidente: Luiz Oliveira Dias

Vogais: José Torres Loureiro

Manuel Gonçalves

José Lambertine de Sousa

Paula de Carvalho Oliveira

Rogério de Oliveira Martinho

António Ramos Carreira

Ana Castro

Laura Cruz da Rocha

Sistema aplicável de Contabilidade: SNC – Sistema de Normalização Contabilística

### **Adeporto – Agência de Energia do Porto**

NIF: 507 886 550

Composição do Conselho de Administração:

Presidente: Eduardo Oliveira Fernandes

Vice-presidente: Fernando Leite

Vogais: Paulo Pinto de Almeida

Américo Pires da Costa

José de Barros Duarte

Sistema aplicável de Contabilidade: Sistema de Normalização Contabilística para as entidades do setor não lucrativo (SNC – ESNL)

### **Porto Vivo, SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana da Baixa Portuense, SA**

NIF: 506 866 432

Composição do Conselho de Administração:

Presidente: Álvaro Santos

Vogais: Rui Loza

Luísa Maria Aparício

Sistema aplicável de Contabilidade: SNC - Sistema de Normalização Contabilística

**Fundo Porto D'Ouro – Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado**

Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado, administrado, gerido e representado pela Fundger – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário.

Sistema aplicável de Contabilidade: Plano Contabilístico dos Fundos de Investimento Imobiliário (PCFII)

**Fundo Porto Novo – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado**

Fundo de Investimento Imobiliário Fechado, administrado, gerido e representado pela Banif Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, SA.

Sistema aplicável de Contabilidade: Plano Contabilístico dos Fundos de Investimento Imobiliário (PCFII)

**Invesurb – Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado**

Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado de Subscrição Particular, administrado pela Gesfimo – Espírito Santo Irmãos, Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, SA.

Sistema aplicável de Contabilidade: Plano Contabilístico dos Fundos de Investimento Imobiliário (PCFII)

**Associação Porto Digital**

NIF: 506 838 730

Composição do Conselho de Administração:

Presidente: Guilhermina Maria da Silva Rego

Vogais: Sebastião Feye de Azevedo

António José Mourão Lacerda

António José Lopes

Sistema aplicável de Contabilidade: Sistema de Normalização Contabilística para as entidades do setor não lucrativo (SNC – ESNL)



## 1.1 – Entidades incluídas no perímetro de consolidação

Entidade	Sede Social	Atividade Principal	Detentores de Capital	% do capital detido em 2014	Obs.	M.C.
Município do Porto	Praça General Humberto Delgado, Porto	Atividades nos seguintes domínios: equipamento rural e urbano, energia, transportes e comunicações, educação, património, cultura e ciência, tempos livres e desporto, saúde, ação social, habitação, proteção civil, ambiente e saneamento básico, defesa do consumidor, promoção do desenvolvimento, ordenamento do território e urbanismo, polícia municipal e cooperação externa.			a) c)	M.I.
Gestão de Obras Públicas da CMP, E.M.	Rua Monte dos Burgos, 12 - Porto	Gestão de obras públicas do município	MP	100%	b) c)	M.I.
CMPH – DomusSocial – Empresa de Habitação e Manutenção do Município do Porto, E.M.	Rua Monte dos Burgos, 12 - Porto	Gestão do parque habitacional do município e da atividade de manutenção de equipamentos e infraestruturas, do domínio público e privado, cuja gestão seja do Município do Porto.	MP	100%	b) c)	M.I.
CMPL – Empresa de Desporto e Lazer do Município do Porto, E.M.	Rua de Bartolomeu Velho, 648 - Porto	Assegurar a prestação de um serviço público no domínio da atividade física e desportiva, do lazer e de outras atividades de animação da cidade.	MP	100%	b) c)	M.I.
CMPEA – Empresa de Águas do Município do Porto, E.M.	Rua Barão Nova Sintra, 285 - Porto	Abastecimento de água de qualidade à população, e a drenagem e tratamento das águas residuais em toda a cidade.	MP	100%	b) c)	M.I.
Fundação para o Desenvolvimento Social do Porto	Rua de Bonjónia, 185 Porto	Competências delegadas pelo Município do Porto para intervenção em matéria de ação social. Através das suas ações pretende melhorar o tecido social interagindo com a cidade.	MP	100%	b) c)	M.I.
Porto Vivo, SRU - Soc. Reab. Urbana Baixa Portuense, S.A.	Rua Mouzinho da Silveira, 212 - Porto	Conduzir o processo de reabilitação urbana da Baixa Portuense.	MP IHRU	40,00% 60,00%		M.E.P.
APOR-Agência para Modernização Porto, S.A.	Avenida dos Aliados, 133 - 3º - Porto	Cria as sinergias para uma melhor cooperação entre entidades públicas e privadas e promove a requalificação e modernização do tecido urbano, industrial e empresarial da cidade. Tem um papel importante na promoção da imagem da cidade e no apoio a projetos de investigação e inovação tecnológica, fomentando as ligações entre a universidade e a comunidade empresarial.	MP Outros	34,60% 65,40%		M.E.P.
Mercado Abastecedor do Porto, SA	Rua Chaves Oliveira 181 - Porto	Logística para mercados	MP Outros	25,50% 74,50%		M.E.P.
ADEPORTO - Agência de Energia do Porto	Rua Gonçalo Cristóvão, 347, sala 218 - Porto	Utilização racional da energia, eficiência energética, gestão ambiental na interface com a energia, melhor aproveitamento dos recursos energéticos e o alargamento das boas práticas no planeamento, na gestão, na construção e na modalidade sustentável	MP Outros	33,20% 66,80%		M.E.P.
Associação Porto Digital	Rua das Flores, 152 - Porto	Promover a criação de uma comunidade digital, congregando todos os agentes, no sentido do desenvolvimento sustentado dos eixos sociais, económicos e culturais, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e bem estar dos cidadãos e para a evolução de uma sociedade de informação e do conhecimento, que possa estar ao alcance de todos	MP Outros	25,00% 75,00%	d)	M.E.P.
Fundo Especial de Inv. Imobiliário Fechado Porto D'Ouro	Av. João XXI, Nº 63 Lisboa	Maximização do valor das participações e dos rendimentos a distribuir aos participantes e o bom desempenho das respectivas finalidades económicas, sociais e financeiras	MP CGD	50,00% 50,00%		M.E.P.
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Porto Novo	Av. 24 de Julho, 98 1º piso Lisboa	Desenvolvimento de projectos de urbanização e construção de imóveis na região do Grande Porto para sua posterior venda ou arrendamento, visando a maximização do valor de unidades de participação.	MP Outros	20,90% 79,10%		M.E.P.
Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Invesurb	Rua do Vale de Pereiro, 16 - Lisboa	Construção e/ou reabilitação de habitações para permuta com o Município, visando a maximização do valor de unidades de participação.	MP Outros	30,00% 70,00%		M.E.P.

a) Entidade-mãe obrigada à elaboração de demonstrações financeiras consolidadas (n.º do art.º 75º, Lei n.º 73/2013)

b) Entidade controlada a 100% pelo Município do Porto.

c) Daqui em diante, MP, GOP, Domus, Porto Lazer, AdP, e FDSP

d) Entidade incluída no M.E.P. em 2014

M.I. – Método Integral

M.E.P – Método Equivalência Patrimonial

O Município do Porto aplicou a definição de controlo prevista no ponto 5.1. da Orientação nº 1/2010 – Orientação Genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo, aprovada pela Portaria nº 474/2010, de 1 de julho, no qual, numa relação entre entidades, a existência de controlo deve ser analisada casuisticamente, em função das circunstâncias concretas, tomando por referência o elemento poder e o elemento resultado, tal como estão estabelecidos na IPSAS 6, aprovada e publicada em dezembro de 2006, conjugado com o estabelecido no nº4 do artigo 75º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro.

Como condições de poder destacam-se, nomeadamente: a detenção da maioria do capital ou dos direitos de voto; a homologação dos estatutos ou regulamento interno; a faculdade de designar, homologar a designação, ou destituir a maioria dos membros do órgão de gestão. Como condições de resultado salientam-se, designadamente: o poder de exigir a distribuição de ativos ou de dissolver a outra entidade, obtendo, assim, um significativo nível de benefícios económicos, ou suportando um significativo nível de obrigações. Presume-se a existência de controlo quando se verifique pelo menos um dos seguintes indicadores de poder ou de resultado: a faculdade de vetar os orçamentos; a possibilidade de vetar, derrogar ou modificar as decisões do órgão de gestão; a detenção da titularidade dos ativos líquidos com o direito de livre acesso a estes; a capacidade de conseguir a sua cooperação na realização de objetivos próprios e a assunção da responsabilidade subsidiária pelos passivos de outra entidade.

Às entidades controladas a 100% pelo Município do Porto foi aplicado o método de consolidação integral, que consiste na integração no Balanço, na Demonstração de Resultados e nos mapas de execução orçamental da entidade consolidante, dos elementos respetivos dos balanços, das demonstrações dos resultados e dos mapas de execução orçamental das entidades consolidadas, evidenciando os direitos de terceiros, designados como interesses minoritários.

Para as entidades nas quais o Município do Porto detém influência significativa, ou seja, uma participação financeira superior a 20% e inferior a 50%, foram realizados movimentos de equivalência patrimonial. Este método consiste na substituição no balanço da entidade consolidante do valor contabilístico das partes de capital por ela detida pelo valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios da entidade participada.

## Caraterização das entidades participadas incluídas no perímetro de consolidação pelo método integral

Entidade	Ativo	Passivo	Capital Próprio	Resultados Líquidos do Exercício	N.º Médio de Trabalhadores	Motivo de inclusão no perímetro de consolidação
Município do Porto	1.479.170.720	328.809.521	1.150.361.199	5.874.341	2.595	Empresa consolidante
Gestão de Obras Públicas da CMP, E.M.	3.168.948	1.867.076	1.301.873	1.072	19	Empresa Municipal detida a 100%, de acordo com o art.º 75.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, é de inclusão obrigatória.
CMPH – DomusSocial – Empresa de Habitação e Manutenção do Município do Porto, E.M.	6.980.257	6.082.211	898.046	13.602	102	Empresa Municipal detida a 100%, de acordo com o art.º 75.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, é de inclusão obrigatória.
CMPL – Empresa de Desporto e Lazer do Município do Porto, E.M.	5.094.792	2.413.217	2.681.576	62.231	81	Empresa Municipal detida a 100%, de acordo com o art.º 75.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, é de inclusão obrigatória.
CMPEA – Empresa de Águas do Município do Porto, E.M.	152.852.810	41.928.005	110.924.805	3.760.206	464	Empresa Municipal detida a 100%, de acordo com o art.º 75.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, é de inclusão obrigatória.
Fundação para o Desenvolvimento Social do Porto	8.639.817	6.909.734	1.612.743	-363	27	Fundação detida a 100%, pelo que de acordo com o art. 75º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, é de inclusão obrigatória.

## 1.2 – Entidades participadas excluídas do perímetro de consolidação

Entidade	Sede Social	Atividade Principal	% do capital detido em 2014	Obs.
Primus MGV – Promoção e Desenvolvimento Regional, S.A.	Avenida dos Aliados, nº 239, 4º esq. - Porto	Promoção ou colaboração em projetos de impacto ao nível económico, social ou cultural na área metropolitana do Porto.	0,06%	a)
PORTGAS – Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A.	Rua Linha de Torres, 41 – Porto	Distribuidora e fornecedora de Gás Natural na região litoral Norte.	0,47%	a)
Futebol Clube Porto, Futebol SAD	Estádio do Dragão, Via FC Porto, Entrada Poente, Piso 3	Clube de futebol.	0,33%	a)
Sociedade Metro do Porto, S.A.	Av. Fernão de Magalhães, 1862 – 6º e 7º – Porto	Transporte ferroviário.	0,00%	a)
Boavista Futebol Clube, Futebol SAD	Rua O Primeiro de Janeiro – Porto	Clube de futebol.	2,27%	a)
Fundação Casa da Música	Av. Boavista, 604 - 610 - Porto	Promoção, fomento, difusão e prossecução de atividades culturais e formativas no domínio da atividade musical	3,50%	a)
INEGI - Instituto Engenharia Mecânica Gestão Industrial	R. Dr. Roberto Frias, 400 - Porto	Realização de atividade de inovação e transferência de tecnologia orientada para o tecido industrial	0,40%	a)
Águas do Douro e Paiva, S.A.	Rua de Vilar, 235 5º Porto	Concessionária, até ao ano 2026, do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água à Área Sul do Grande Porto.	13,31%	a)
Fundação da Juventude	Rua das Flores, 69 Porto	Apoio a iniciativas destinadas a promover a integração de jovens na vida adulta e ativa social ou cultural a eles expressamente dirigida	1,50%	a)
Fundação Portugal África	Rua de Serralves, 191 Porto	Realização e incremento de ações de caráter cultural, científico e educacional a desenvolver em Portugal e África	2,60%	a)
Fundação de Serralves	Rua de Serralves, 977 Porto	Promoção de atividades no domínio de todas as artes.	0,33%	a)

Todas as entidades nas quais o Município do Porto detém uma participação inferior a 20% foram excluídas do perímetro de consolidação estando a participação financeira das mesmas relevada em termos contabilísticos.

As entidades associadas, cuja participação é inferior a 20%, estão mensuradas ao valor de aquisição. Nas situações em que o valor recuperável é inferior ao valor contabilístico realizaram-se, em 2014, as respetivas provisões no sentido de expressar contabilisticamente essa desvalorização.

## **2. Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada**

### **2.1 – Situações em que se mostrou insuficiente a aplicação das normas de consolidação às demonstrações financeiras consolidadas**

A comparabilidade das contas do balanço e da demonstração de resultados aplica-se à generalidade das rubricas que constituem as demonstrações financeiras, com exceção das seguintes situações:

No Município do Porto:

Na classe das existências, designadamente, na rubrica produtos acabados e intermédios, procedeu-se à reclassificação patrimonial das frações habitacionais que constituem o Bairro das Pasteleira, no montante de 11.963.040 euros, passando as mesmas a incorporar as rubricas de imobilizações corpóreas, terrenos e recursos naturais e edifícios e outras construções. Tendo em conta que, desde 2004, não ocorreu qualquer concurso para alienação de habitações sociais deste bairro, à luz dos critérios contabilísticos definidos no POCAL, as mesmas devem ser reclassificadas para imobilizações corpóreas, uma vez que as referidas habitações se encontram disponíveis para uso.

Em cumprimento do princípio da especialização do exercício, o Município do Porto alterou o seu procedimento no registo dos impostos e transferências provenientes do Orçamento do Estado, nomeadamente no que concerne ao IMI, Derrama e à participação fixa de IRS que anteriormente eram reconhecidos apenas aquando do seu efetivo recebimento e não no exercício a que dizem respeito. Deste modo, efetuou-se uma estimativa do montante relativo aos proveitos acima discriminados e que apenas serão recebidos durante o ano de 2015. Relativamente aos montantes destes impostos e transferências recebidos em 2014, os mesmos foram registados na rubrica de resultados transitados que em termos agregados ascendeu a 76.743.799 euros.

Na constituição de provisões para processos judiciais em curso e outros riscos e encargos, no montante de 18.978.320 euros, que por estarem relacionadas com situações conhecidas em exercícios anteriores, foram registadas na rubrica de resultados transitados.

Na empresa Águas do Porto, EM;

Caixa de Reformas: no ano de 2014, na sequência do processo judicial entre a Águas do Porto, EM, e a Direção da Caixa de Reformas e Pensões, representada por trabalhadores e pensionistas, foram encetadas negociações que culminaram com a assinatura de um acordo que contempla as exigências de parte a parte para extinção da Caixa de Reformas e Pensões.

Por deliberação do Executivo Municipal, de 03.06.2014, e da Assembleia Municipal, de 16.06.2014, foi aprovado o regulamento de Extinção e Liquidação da Caixa de Reformas.

Em 16.07.2014 deu entrada no Tribunal Central Administrativo do Norte o requerimento para homologação do Acordo de Transação, tendo a sentença homologatória sido proferida em 23.01.2015.

As entidades GOP, EM, DomusSocial, EM, Porto Lazer, EM e as Águas do Porto, EM, incluídas no perímetro de consolidação adotam o SNC – Sistema de Normalização Contabilística, a entidade mãe adota o POCAL, deste modo, foram registadas para todas as entidades as operações de harmonização de critérios valorimétricos. A Fundação para o Desenvolvimento Social do Porto adota o POCP, pelo que os critérios valorimétricos estão harmonizados com os critérios utilizados pela entidade-mãe.

Entidade/Descrição	GOP, EM	DomusSocial, EM	Porto Lazer , EM	AdP, EM	Corrigido (S/N)
Amortização/Depreciação ao abrigo do SNC ou Decreto Regulamentar	X	X	X	X	S
Cálculo das provisões ou ajustamentos ao abrigo do SNC	X	X	X	X	S
Alocação de proveitos diferidos e capitais próprios		X	X	X	S

A aplicação da homogeneização de critérios, provocou uma redução, na conta de resultados transitados, no montante de 21.056.998 euros, por força dos ajustamentos efetuados no

imobilizado corpóreo das empresas incluídas no perímetro de consolidação. A empresa que mais contribuiu neste ajustamento foi as Águas do Porto, EM, pelas amortizações acumuladas do equipamento básico e pela correção no imobilizado corpóreo referente ao IMT dos imóveis transferidos do ex-SMAS do Porto, cujo valor as Águas do Porto, EM acresceram ao seu imobilizado. Outra das reduções ocorridas nos Resultados Transitados, por força da homogeneização de critérios, está relacionada com a rubrica Edifícios e Outras Construções no montante de 3.369.097 euros, respeitante ao Edifício do Monte Aventino e à Casa do Desporto cujos imóveis tinham sido reavaliados aquando da transação entre a entidade mãe e empresa Porto Lazer, EM.

No exercício de 2014 o mapa de Demonstração de Fluxos de Caixa foi objeto de correção, pelo que por uma questão de comparabilidade, os dados de 2013 também foram corrigidos.

## 2.2 – Afastamento das normas de consolidação para se obter uma imagem verdadeira e apropriada

O POCAL não prevê a aplicação do método de equivalência patrimonial, mas apenas a redução do valor contabilístico quando o valor da participada é inferior, em termos de contas individuais. Com a aplicação da Orientação nº 1/2010, as contas consolidadas apresentam em 2014, em investimentos financeiros, as correções devidas pela aplicação do método de equivalência patrimonial, relativamente às entidades em que o Município do Porto detém uma participação entre 20% e 50%. Ao nível do Balanço e da Demonstração dos Resultados verificaram-se os efeitos traduzidos nos ajustamentos do seguinte quadro:

Entidade	Valor em 31 de Dezembro 2014							
	Valor Nominal	Ajustamentos Participação	Ajustamentos MEP	TOTAL	Anulação Participação	TOTAL	Provisões	TOTAL
Boavista Futebol Clube, Futebol SAD	249.350,00			249.350,00		249.350,00	249.350,00	
Gestão de Obras Públicas CMP, EM	500.000,00			500.000,00	500.000,00			
CMPH - DOMUSSOCIAL - Emp. Hab. Man. Município Porto, EM	500.000,00			500.000,00	500.000,00			
APOR-Agência para Modernização Porto, S.A.	368.215,00		266.839,96	635.054,96		635.054,96		635.054,96
Futebol Clube Porto, Futebol SAD	247.154,00			247.154,00		247.154,00	218.910,50	28.243,50
Mercado Abastecedor do Porto	1.143.536,00		1.476.451,87	2.619.987,87		2.619.987,87		2.619.987,87
PORTGAS - Soc.Prod.Distrib.Gas, S.A.	37.425,00			37.425,00		37.425,00		37.425,00
Sociedade Metro do Porto, S.A.	180.822,08			180.822,08		180.822,08	180.822,08	
Primus MGV-Promoção e Desenv. Regional, S.A.	499,00			499,00		499,00	399,00	100,00
Porto Vivo, SRU - Soc. Reab. Urbana Baixa Portuense, SA	2.400.000,00	-1.126.804,90	-200.595,97	1.072.599,13		1.072.599,13		1.072.599,13
Águas Douro e Paiva, S.A.	2.781.220,00			2.781.220,00		2.781.220,00		2.781.220,00
CMPEA - Empresa de Águas do Município do Porto, EM	80.000.000,00			80.000.000,00	80.000.000,00			
CMPL - Emp. Desp. e Lazer do Município do Porto, EM	2.200.000,00			2.200.000,00	2.200.000,00			
Adeporto - Agência de Energia do Porto	70.625,00		17.845,87	88.470,87		88.470,87		88.470,87
Fundação Casa da Música	200.000,00			200.000,00		200.000,00		200.000,00
Inegi - Instituto de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial	11.830,00			11.830,00		11.830,00		11.830,00
Fundação para o Desenvolvimento Social do Porto	364.122,47			364.122,47	364.122,47			
Fundação da Juventude	24.939,90			24.939,90		24.939,90		24.939,90
Fundação Portugal África	299.278,74			299.278,74		299.278,74		299.278,74
Fundação de Serralves	49.879,79			49.879,79		49.879,79		49.879,79
Fundo de Investimento Imobiliário - Porto Novo	1.621.365,24		-3.428,10	1.617.937,14		1.617.937,14		1.617.937,14
Fundo de Investimento Imobiliário - Invesurb	1.413.559,16		744,95	1.414.304,11		1.414.304,11		1.414.304,11
Fundo de Investimento Imobiliário - Porto D'Ouro	8.339.657,07		-22.078,04	8.317.579,03		8.317.579,03		8.317.579,03
Credeiros das Administrações Públicas - FAM	6.715.506,65			6.715.506,65		6.715.506,65		6.715.506,65
Outras aplicações financeiras de entidades participadas	3.892,00			3.892,00		3.892,00		3.892,00
<b>Total</b>	<b>109.722.877,10</b>	<b>-1.126.804,90</b>	<b>1.535.780,54</b>	<b>110.131.852,74</b>	<b>83.564.122,47</b>	<b>26.318.380,27</b>	<b>649.481,58</b>	<b>25.918.248,69</b>

### 2.3 – Indicação das alterações ocorridas, no decurso do exercício, na composição do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação.

Por extinção da Fundação Ciência e Desenvolvimento, em junho de 2014, houve alteração na composição do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação. Este facto deu origem à redução da participação financeira de 50% nos Fundos Próprios desta entidade, integrando simultaneamente, parte do seu património no Balanço da entidade mãe.

## 3. Informações relativas aos procedimentos de consolidação

### 3.1 – Identificação e fundamentação de todos os movimentos extra-contabilísticos efetuados para efeitos de consolidação

Entidade	Ajustamentos
Mercado Abastecedor do Porto SA	1.476.452
APOR - Ag. Modernização Porto SA	266.840
Adeporto - Agência Energia Porto	17.846
Porto Vivo SRU - Soc. Reab. Urb., SA	(200.596)
Fundo Investimento Imob Porto Douro	(22.078)
Fundo Investimento Imob Porto Novo	(3.428)
Fundo Investimento Imob Invesurb	745
<b>Total</b>	<b>1.535.781</b>

No cálculo dos ajustamentos pela aplicação do método da equivalência patrimonial e atendendo aos princípios contabilísticos a observar na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, o total dos ajustamentos no capital, em função da percentagem de participação do Município, são registados na conta de Regularizações de entidades participadas.

### 3.2 – Diferenças de consolidação

Entidade	2014	2013
<b>Diferenças de Consolidação Negativas</b>		
Município do Porto		
GOP	(615.637)	(615.637)
Domus Social	57.680	57.680
Porto Lazer (CMPL)	376.862	376.862
AdP (CMPEA)	(245.081)	(245.081)
Fundação Porto Social	(1.110.050)	(1.110.050)
<b>Total</b>	<b>(1.536.226)</b>	<b>(1.536.226)</b>

As diferenças de consolidação, refletidas nos capitais próprios em 1.536.226 euros, referem-se às diferenças apuradas no início do processo de consolidação das entidades GOP, EM, DomusSocial, EM, Porto Lazer, EM, Águas do Porto, EM e Fundação Porto Social. Estas diferenças decorrem das diferenças entre o valor da participação ao custo de aquisição refletida na contabilidade do Município do Porto e os respetivos capitais próprios das entidades, com referência ao correspondente processo de consolidação de contas.

### 3.5 – Descrição de acontecimentos importantes relacionados com o património, a posição financeira e os resultados de entidades incluídas no perímetro de consolidação que tenham ocorrido entre a data do balanço dessa entidade e a data do balanço consolidado

Não existem situações de relevo.

## 4. Informações relativas ao endividamento de médio e longo prazo

### 4.1 – Descrição do endividamento consolidado de médio e longo prazo:

Dívidas a terceiros de médio/longo prazo	Município do Porto	Grupo público consolidado
Empréstimos de médio longo prazo	70.646.502	70.646.502
Leasing de médio e longo prazo	5.649.672	5.649.672
Credores das Administrações Públicas-FAM	5.756.149	5.756.149
<b>Total</b>	<b>82.052.323</b>	<b>82.052.323</b>



#### 4.2 – Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado e que se vencem nos quatro anos seguintes à data do Balanço:

Empréstimo	Entidade credora	Valor do empréstimo	Data de Vencimento	Dívida bancária a vigorar até 2018	Dívida bancária a vigorar após 2018
Projeto Porto Estradas	B.E.I	11.222.953	15-12-2015	863.304	
Financ. Diversos Investimentos	B.P.I	24.939.895	29-12-2015	1.662.660	
Proj. EB Paulo Gama; Consolid. Fontainhas; Requal. Av. Boavista-fases I e II	Santander Totta	3.000.000	22-08-2028		2.800.384
<b>Empréstimos contraídos para execução de diversos investimentos</b>		<b>39.162.848</b>		<b>2.525.963</b>	<b>2.800.384</b>
PROHABITA - 1109 fogos	BPI	4.827.188	16-03-2027		3.131.309
PROHABITA - 846 fogos	BPI	4.832.091	20-02-2029		3.946.501
Reabilitação de Bairros Municipais	Caixavigo	7.800.000	10-12-2030		6.465.126
Recuperação 200 fogos Prohabita	IHRU	1.028.329	21-03-2037		903.500
Recuperação 4700 fogos Prohabita	IHRU	5.997.172	02-10-2026		4.995.989
<b>Empréstimos contraídos para execução de programas de reabilitação urbana de bairros sociais</b>		<b>24.484.780</b>			<b>19.442.425</b>
EURO 2004 - 1	Dexia	15.000.000	06-12-2021		7.576.690
EURO 2004 - 2	Dexia	15.000.000	02-01-2023		8.822.052
<b>Empréstimos contraídos em 2002 para construção e reabilitação de infra-estruturas no âmbito do EURO 2004</b>		<b>30.000.000</b>			<b>16.398.742</b>
EURO 2004 - 3	BBVA	12.000.000	27-10-2024		7.058.823
TÚNEL I	BBVA	9.700.000	13-04-2025		5.991.176
<b>Empréstimos contraídos em 2004 para execução de projetos participados por fundos comunitários</b>		<b>21.700.000</b>			<b>13.050.000</b>
Const. 24 Fogos Choupos	B.E.S.	390.409	27-09-2024		170.822
Const. 84 Fogos Condominhas	C.G.D	1.379.550	08-01-2025		359.159
Const.174 Fogos Falcão	B.P.I.	3.154.897	11-12-2020		983.725
Const. 254 Fogos - Viso	B.P.I.	4.849.727	14-10-2022		1.947.837
Const. 156 Fogos - Antas	B.P.I.	2.541.380	14-12-2022		1.045.673
Const. 128 Fogos - Ilhéu	C.G.D	2.753.923	20-09-2021		1.066.891
Const. 88 Fogos - Cerco Porto	I.N.H.	1.182.221	02-01-2017	251.276	
Const. 400 Fogos - Sta. Luzia	C.G.D	9.608.984	08-10-2020		3.158.823
Const. 250 Fogos Sta. Luzia	C.G.D	7.370.080	16-03-2022		2.826.712
Const. 28 Fogos Fontinha	C.G.D	549.985	14-02-2027		287.750
Const. 40 fogos na Trav. de Salgueiros	C.G.D	827.122	14-02-2027		67.540
Const. 53 fogos no Monte S. João	C.G.D	1.062.454	14-02-2027		612.035
Const. 21 fogos nas Fontainhas	C.G.D	957.408	14-02-2027		121.623
<b>Empréstimos contraídos até 2001, no âmbito do Programa Especial de Realojamento</b>		<b>36.628.140</b>		<b>251.276</b>	<b>12.648.591</b>
Habituação Social	Dexia	14.900.000	01-07-2022		7.968.499
<b>Empréstimos contraídos até 2002, para aquisição, construção ou recuperação de imóveis destinados à Habituação Social</b>		<b>14.900.000</b>			<b>7.968.499</b>
Prejuízos resultantes das Intempéries	Caixavigo	14.465.139	20-09-2021		5.956.234
<b>Empréstimos contraídos até 2002, no âmbito de linhas de crédito para apoio à reparação dos danos causados pelas Intempéries no Inverno 2000/2001</b>		<b>14.465.139</b>			<b>5.956.234</b>
<b>Total do Perímetro de Consolidação do Município do Porto</b>		<b>181.340.906</b>		<b>2.777.239</b>	<b>78.264.873</b>

## 5. Informações sobre saldos e fluxos financeiros

Obrigações/pagamentos						
Tipo de fluxos	Saldo Inicial	Alteração Perímetro	Obrigações constituídas no exercício	Anulações ao exercício	Pagamentos do exercício	Saldo Final
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	6=(1-2+3)-(4+5)
Transferências						
Subsídios			4.517.921	38.903	4.479.018	
Empréstimos						
Relações comerciais	152.902		15.949.389	1.112.914	14.939.829	49.548
Particip. do capital em numerário						
Particip. do capital em espécie	40.049				40.049	
Outros	2.082.831		9.326.779		8.993.747	2.415.863
<b>Total</b>	<b>2.275.782</b>		<b>29.794.089</b>	<b>1.151.817</b>	<b>28.452.643</b>	<b>2.465.411</b>
Direitos/recebimentos						
Tipo de fluxos	Saldo Inicial	Alteração Perímetro	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do Exercício	Saldo Final
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	6=(1-2+3)-(4+5)
Transferências						
Subsídios			4.517.921	256.600	4.479.018	(217.697)
Empréstimos						
Relações comerciais	308.594	85	17.992.415	2.621.467	14.986.539	692.918
Particip. do capital em numerário						
Particip. do capital em espécie						
Outros	4.139				4.139	
<b>Total</b>	<b>312.733</b>	<b>85</b>	<b>22.510.336</b>	<b>2.878.067</b>	<b>19.469.696</b>	<b>475.221</b>

Apresentamos, em anexo, a desagregação por entidade abrangida pelo perímetro de consolidação, de acordo com as instruções do SATAPOCAL.

## 6. Informações relativas a compromissos

### 6.1 – Compromissos financeiros não evidenciados no balanço consolidado

1. De acordo com o disposto na alínea c) do n.º2 do art.º 63º do Decreto-Lei n.º 498/72 de 9 de dezembro, o Município do Porto e respetivos serviços municipalizados passaram a ser responsáveis pelos montantes dos encargos com a aposentação do seu pessoal subscritor da Caixa Geral de Aposentações, pelo que, face à responsabilidade do pagamento das pensões dos seus funcionários, reteve, como contrapartida, os respetivos descontos. Com a entrada em vigor do art.º 56º da Lei n.º 114/88 de 30 de dezembro, a responsabilidade do pagamento das pensões dos funcionários que se aposentassem a partir de 1 de janeiro de 1989 passou a pertencer àquela entidade.

Por este motivo, subsiste a obrigação de entregar o valor da quota-parte dos funcionários que prestaram serviço durante o período compreendido entre 1 de janeiro de 1973 e 31 de dezembro de 1988.

No exercício de 2014, os custos com o pessoal, incorporam cerca de 2 milhões de euros respeitantes ao pagamento pelo Município do Porto à Caixa Geral de Aposentações de pensões, associadas ao regime anteriormente descrito.

O apuramento do valor destes descontos, depende atualmente do cálculo que é realizado pela Caixa Geral de Aposentações, o que implica, nesta data, não nos ser possível ainda concretizar uma estimativa do valor presente das pensões a pagar no futuro, assente num grau de fiabilidade aceitável, que seja passível de ser relevado contabilisticamente. No entanto, a Direção de Recursos Humanos do Município do Porto já encetou diligências, no sentido da efetivação desta estimativa.

2. A Metro do Porto S.A., no âmbito de uma Nota Técnica emitida em 30 de setembro de 2010, reclama ao Município do Porto o pagamento do montante de 1.749.692,73 euros relativo a Inserções Urbanas no âmbito da construção do sistema de metro ligeiro. Em contraposição, o Município reclamou, em 9 de novembro de 2010, o pagamento de 3.557.424,56 euros relativos a licenças emitidas, cedências de terrenos e indemnizações. Na impossibilidade de regularizar esta situação no ano anterior, continuarão a ser tomadas as diligências necessárias à regularização desta divergência em 2015.

3. No âmbito do projeto de otimização de IVA foram emitidos por parte das empresas municipais, GOP, EM e DomusSocial, EM pedidos de revisão oficiosa à Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), solicitando a regularização a seu favor do IVA pago em excesso nos anos 2010 e 2011. Em concreto, estas empresas emitiram notas de crédito no montante de 283.882 euros e 1.456.552 euros, respetivamente, corrigindo/anulando o IVA liquidado em excesso nas faturas inicialmente emitidas, constituindo as mesmas, nesta data, dívida ao Município do Porto, pelo facto de ainda se aguardar uma decisão dos tribunais competentes.

4. Na rubrica de acréscimos e diferimentos do Passivo, em particular nas remunerações a liquidar, foi considerado o regresso ao Município do Porto de 155 trabalhadores das concessionárias Invicta Ambiente e Suma, durante os meses de setembro a dezembro de 2014. Tendo em conta que estes trabalhadores integraram no Município com todos os direitos adquiridos anteriormente, os encargos inerentes a estes direitos estão refletidos nos encargos com férias e subsídios de férias a liquidar em 2015.

5. Nos termos do número 2 do Artigo 17.º do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de Junho, deve a Autoridade Tributária e Aduaneira informar as autarquias locais, do valor dos recebimentos

em atraso, existentes em 31 de Dezembro do ano anterior, referentes às respetivas receitas fiscais. Neste sentido, a Autoridade Tributária e Aduaneira divulgou no portal das finanças os valores em dívida referentes ao Município do Porto a 31 de dezembro de 2014. Os montantes em causa não integram as demonstrações financeiras, sendo relevantes para efeitos de gestão a divulgação dos seus montantes:

<b>Imposto</b>	<b>Pagamentos e Recebimentos em Atraso (Quantia Exequenda)</b>
Contribuição Autárquica (CA)	651.469
Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)	7.349.751
Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT)	5.168.011
Imposto Único de Circulação (IUC)	1.365.969
SISA	14.620.989
<b>Total</b>	<b>29.156.188</b>

Estes montantes não se encontram reconhecidos enquanto ativo da entidade mãe na medida em que, o seu carácter contingente, não permite que tais valores cumpram com os critérios de reconhecimento de um ativo.

#### 6. Divulgação dos processos judiciais em curso sem provisão

A entidade mãe, suportada na informação prestada pelo seu Departamento Municipal Jurídico e de Contencioso (DMJC) e na análise efetuada aos processos judiciais pendentes, constituiu provisões de valor suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis relativamente aos litígios em curso. (ver nota 8.19).

No decurso normal da sua atividade, existem ainda diversos litígios e contingências (de risco possível) de natureza administrativa e tributária envolvendo o Município do Porto. Estas ações judiciais, administrativas ou outras, envolvem munícipes, empresas, funcionários, autoridades administrativas, fiscais ou outras. Da análise efetuada e da informação prestada pelo DMJC, o risco de perda destas ações não é provável e o desfecho das mesmas não afetará de forma material a posição financeira do Município. Assim, os processos destas naturezas cujas perdas foram estimadas como possíveis, não requerem a constituição de provisões e são periodicamente reavaliados.

## **6.2 – Responsabilidades por garantias prestadas**

A GOP, EM, prestou a favor da REFER, uma garantia, sob a forma de depósito de garantia, no montante de 8.000 euros, na sequência do protocolo assinado entre as partes em 20 de março de 2014. O protocolo em questão tem por objeto a regulação das implicações que a obra de estabilização da escarpa da margem direita do Rio Douro, entre as Pontes Luís I e Maria Pia, terá na infraestrutura e circulação ferroviária à cota baixa dos setores 3 e 5, entre o Pk 1\*684 e o Pk 1\*7772.

A Porto Lazer, EM, prestou a favor da Autoridade Tributária, uma garantia bancária para cessar os efeitos do processo de execução fiscal em sede de IMT, do edifício Monte Aventino, no montante de 618.267 euros.

As Águas do Porto, EM, prestaram garantias bancárias às entidades: Estradas de Portugal, no valor de 297.400 euros, no âmbito das intervenções efetuadas na via pública e à ARH do Norte no montante de 100.000 euros, para garantir o pagamento imediato de quaisquer importâncias devidas por eventuais danos causados por erros ou emissões de projeto, no que concerne às ETAR do Freixo e de Sobreiras.

O total das garantias bancárias prestadas pelo Município é de 13.852.229 euros.

## **7. Informações relativas a políticas contabilísticas**

### **7.1 – Critérios de valorimetria**

#### **Bens de Domínio Público**

No Município do Porto, para o imobilizado adquirido até 31 de dezembro de 2000, foi usado na avaliação dos bens imóveis o método do custo ou do valor de substituição/reposição, o qual corresponde ao cálculo do montante que seria necessário para construir o imóvel em estado novo, com materiais equivalentes aos que foram utilizados na origem, corrigido da depreciação sofrida até à data de avaliação.

Na avaliação dos terrenos subjacentes às frações, fogos habitacionais ou comerciais foi utilizado o método de mercado, que corresponde à avaliação do preço corrente de mercado, ao seu valor atual. Entende-se por valor atual dos bens o seu valor em estado novo, deduzido da depreciação ocorrida à data da avaliação.

Para o imobilizado adquirido após 1 de janeiro de 2001, na valorização dos bens de domínio público foi utilizado o método do custo de aquisição ou de produção.

### **Imobilizações incorpóreas**

As imobilizações incorpóreas (propriedade industrial e outros direitos) foram valorizadas ao custo de aquisição.

Aos bens de imobilizado incorpóreo em que o período de vida útil esteja previamente estipulado, a taxa de amortização é calculada de acordo com o período de vida útil predefinido.

### **Imobilizações corpóreas**

a) Para o imobilizado adquirido até 31 de dezembro de 2000:

a.1) A avaliação dos bens imóveis foi realizada de acordo com o método do custo ou do método de mercado (conforme o descrito para os Bens de Domínio Público);

a.2) Para os bens móveis, utilizou-se como regra o critério do custo histórico, e, na sua impossibilidade, o método utilizado foi o método comparativo. Este método consistiu em comparar bens já avaliados, com as mesmas características, e assim, reconhecer-lhes o mesmo valor. Nos bens móveis em relação aos quais se pode aplicar os dois métodos anteriores, utilizou-se o método do valor de mercado correspondente ao seu valor atual.

b) Para o imobilizado corpóreo adquirido após 1 de janeiro de 2001, na valorização dos bens foi utilizado o método do custo de aquisição ou de produção.

Processo de conciliação do cadastro de imobilizado e identificação de bens:

Na sequência da evolução do processo de conciliação do cadastro de imobilizado, que não foi possível ainda concluir na totalidade, quando são identificados bens a considerar como inventariação inicial de ativos é seguida a metodologia acima descrita para imobilizado anterior a 2000, sendo o seu valor bruto registado por contrapartida da rubrica de património e as amortizações acumuladas registadas na rubrica de resultados transitados.

Quando se trate de ativos do imobilizado obtidos a título gratuito considera-se o valor resultante da avaliação ou o valor patrimonial definidos nos termos legais ou, caso não exista disposição aplicável, o valor resultante da avaliação segundo critérios técnicos que se adequem à natureza desses bens e seguindo o já referido nesta nota.

Caso este critério não seja exequível, o imobilizado assume o valor zero até ser objeto de uma grande reparação assumindo então o montante desta.

Os critérios valorimétricos utilizados pelas empresas do grupo autárquico para a rubrica de imobilizado no caso da GOP, EM, DomusSocial, EM, Porto Lazer, EM e AdP, EM, e no que respeita aos ativos fixos tangíveis e intangíveis são mensurados após o seu reconhecimento segundo o modelo de custo. Na Fundação Porto Social o imobilizado corpóreo encontra-se registado ao custo de aquisição deduzido das amortizações.

### **Amortizações**

As amortizações da generalidade dos bens do ativo imobilizado são calculadas segundo o método das quotas constantes, de acordo com a aplicação das taxas fixadas no classificador CIBE aprovado pela Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril (II série), pelo que os bens terminados ou adquiridos no exercício de 2014 sofreram a primeira amortização no presente ano económico através do regime dos duodécimos.

Em virtude do processo de implementação do sistema informático de inventário e cadastro patrimonial, o critério anteriormente exposto não pôde ser aplicado na sua plenitude às seguintes situações:

- a) Para os bens adquiridos até 31 de dezembro de 2000, as amortizações das rubricas Outras Construções e Infraestruturas e Edifícios foram calculadas de acordo com o valor final à data do exercício de 2001;
- b) Para os bens adquiridos após 1 de janeiro de 2001, nas rubricas Outras Construções e Infraestruturas e Edifícios, quando não foi possível a análise individual de alguns bens não inventariados foi aplicada a taxa mínima de acordo com o classificador CIBE.

Aos bens de imobilizado incorpóreo em que o período de vida útil está previamente estipulado, a taxa de amortização foi calculada de acordo com o período de vida útil predefinido.

Para as empresas do grupo autárquico as amortizações e depreciações foram calculadas segundo o método das quotas constantes, aplicando taxas médias em conformidade com o DL n.º 25/2009, de 14 de setembro.

### **Investimentos financeiros**

Na entidade-mãe os Investimentos Financeiros (partes de capital) foram valorizados ao custo de aquisição. No final de cada período, procederam-se aos ajustamentos nos investimentos financeiros através da constituição de uma provisão pelo montante das

diferenças entre o custo de aquisição dos títulos e outras aplicações financeiras e o respetivo preço de mercado, quando este for inferior ao custo.

Os investimentos financeiros apresentados, em termos consolidados, foram corrigidos pela aplicação do método de equivalência patrimonial.

### **Existências**

As existências são valorizadas ao custo de aquisição ou ao custo de produção:

- a) Nas matérias-primas, subsidiárias e de consumo foi utilizado o custo de aquisição, tendo sido adotado como método de custeio das saídas o método do custo médio ponderado;
- b) Nos produtos acabados e intermédios foi utilizado o método do contrato terminado para a produção resultante da atividade dos viveiros municipais, no caso da entidade mãe.

À data de balanço é efetuada uma análise às existências e caso existam situações de obsolescência, deterioração física parcial, quebra de preços, ou outros fatores que levem a que o custo de aquisição ou o custo de produção seja superior ao preço de mercado, é registada uma provisão pelo montante dessa diferença.

Entende-se como preço de mercado o custo de reposição ou o valor realizável líquido, conforme se trate de bens adquiridos para a produção ou de bens para venda.

Os critérios valorimétricos utilizados pelas empresas do grupo autárquico para a rubrica de existências são valorizados ao custo de aquisição adotando-se o custo médio como método de custeio das saídas.

### **Dívidas de e a terceiros**

As dívidas de e a terceiros, são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam. Quando existe uma dívida de clientes, contribuintes ou utentes cuja cobrança se apresente duvidosa o saldo dessa dívida deve ser transferido para a rubrica clientes de cobrança duvidosa.

Os critérios valorimétricos utilizados pelas empresas do grupo autárquico para a rubrica de dívidas de terceiros no que respeita às contas a receber encontram-se deduzidos de eventuais perdas por imparidade de forma a refletirem o seu valor realizável líquido, à exceção da Fundação Porto Social em que os saldos de clientes e de outras dívidas de terceiros são registados ao valor nominal deduzido de eventuais provisões.



## **Disponibilidades**

As disponibilidades de caixa e em depósitos bancários exprimem os montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito.

## **Provisões para Riscos e Encargos**

O Grupo regista nesta rubrica a estimativa das provisões para fazer face aos riscos relativos a processos judiciais em curso, indemnizações, coimas e outros.

No Município do Porto:

São constituídas provisões para fazer face a riscos e encargos de natureza provável mas que não correspondam a uma estimativa de um passivo certo, sendo estes últimos registados nas respetivas rubricas de balanço. Elencam-se como as principais situações que geram a necessidade de registo de provisões as que se relacionam com aplicações de tesouraria, cobranças duvidosas, depreciação de existências, obrigações e encargos derivados de processos judiciais em curso, acidentes de trabalho e doenças profissionais.

1. As provisões para cobrança duvidosas são constituídas para as dívidas de terceiros que estejam em mora há mais de seis meses e cujo risco de incobrabilidade seja devidamente justificado.

Em conformidade com o ponto 2.7.1 do POCAL, as provisões são calculadas de acordo com as seguintes percentagens:

- a) 50% para dívidas em mora há mais de 6 até 12 meses
- b) 100% para dívidas em mora há mais de 12 meses

As dívidas em mora são objeto de acompanhamento e esforço de recuperação pela Divisão Municipal de Execuções Fiscais e Contraordenações.

Não são consideradas de cobrança duvidosa as seguintes dívidas:

- a) Do Estado, Regiões Autónomas e autarquias locais.
- b) As cobertas por garantia, seguro ou caução, com exceção da importância correspondente à percentagem de desconto ou descoberto obrigatório.

2. As provisões para riscos e encargos são constituídas para registar as responsabilidades derivadas dos riscos de natureza específica e provável. As provisões são subsequentemente reduzidas na medida em que se reduzam ou cessem os riscos previstos.

Estas provisões incluem o montante de responsabilidades estimadas como prováveis nos processos judiciais em curso, considerando o montante da indemnização ou encargo que a autarquia prevê suportar relativamente aos processos judiciais cuja resolução pelos Tribunais não tenha ainda ocorrido e os montantes associados a acordos extrajudiciais promovidos pelo município.

Os critérios valorimétricos utilizados pelas empresas do grupo autárquico para a rubrica de provisões passam por apurar periodicamente a responsabilidade por eventuais obrigações que resultam de eventos passados mas de montante ou ocorrência incerta. Os critérios de reconhecimento seguem a NCRF 21. Na Fundação Porto Social os riscos de cobrança duvidosa identificados nas dívidas de terceiros são reconhecidos através da conta de ajustamentos, a qual será reduzida ou anulada quando deixarem de existir os motivos que a originaram.

### **Remunerações a Liquidar**

A rubrica de acréscimos e diferimentos do Passivo compreende a estimativa dos encargos com férias e mês de férias calculada de acordo com as regras e responsabilidades legais consagradas na Lei do Orçamento do Estado para 2015.

### **Especialização de Exercícios**

O Grupo regista os seus custos e proveitos de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas na rubrica Acréscimos e Diferimentos.

### **Locação Financeira**

Os ativos imobilizados adquiridos mediante locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizadas pelo método financeiro. De acordo com este método o custo do ativo é registado no imobilizado corpóreo e a correspondente responsabilidade é registada no passivo. Os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do ativo são registados como custos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

## Prestação de Serviços de Obra

Na especialização do exercício os proveitos foram reconhecidos quando obtidos, independentemente do seu recebimento.

## 8. Informações relativas a determinadas rubricas

### 8.1 – Despesas de instalação e despesas de investigação e desenvolvimento

O valor registado na rubrica despesas de investigação e desenvolvimento refere-se na sua quase totalidade a estudos e projetos realizados pela entidade-mãe e encontra-se totalmente amortizado.

### 8.2 – Movimentos ocorridos nas rubricas de ativo imobilizado

Os movimentos ocorridos durante o exercício, nas rubricas do ativo imobilizado, que constam do balanço podem ser resumidos como segue:

#### Ativo Bruto

Designação	Saldo Inicial	Alteração Critério	Alteração Perímetro	Reavaliação / Ajustamento	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo Final
<b>Bens de Domínio Público:</b>								
Terrenos e recursos naturais	4.335.023			37.637	55.700		1.047.310	5.475.670
Edifícios	12.613.926			8.054				12.621.980
Outras construções e infraestruturas	482.368.229			637.913	412.306		9.518.560	492.937.008
Bens do património histórico, artístico e cultural	215.276				547			215.823
Outros bens de domínio público	65.034.971			38.745				65.073.716
Imobilizações em curso	17.644.363				5.363.717		(10.395.666)	12.612.414
Subtotal	582.211.788			722.349	5.832.270		170.204	588.936.611
<b>Imobilizações Incorpóreas:</b>								
Despesas de instalação	611.941							611.941
Despesas de investigação e desenvolvimento	4.161.737		(8.569)		264.396		288	4.417.852
Imobilizações em curso								
Diferenças de consolidação	776.627		(776.627)					
Subtotal	5.550.305		(785.196)		264.396		288	5.029.793
<b>Imobilizações Corpóreas:</b>								
Terrenos e recursos naturais	334.723.935			9.653.181	75.025	(576.061)	(2.298.683)	341.577.397
Edifícios e outras construções	570.012.126		(11.367)	89.114.465	96.208	(699.679)	3.782.854	662.294.607
Equipamento básico	175.324.891		(1.497.675)		2.007.045	(1.581)	1.294.026	177.126.706
Equipamento de transporte	7.376.419				135		(131.634)	7.244.920
Ferramentas e utensílios	1.059.196				19.910		(67.334)	1.011.772
Equipamento administrativo	28.165.796		(545.981)		667.911	(1.432)	(248.932)	28.037.362
Taras e vasilhame	2.032							2.032
Outras imobilizações corpóreas	4.725.249		(119.318)		225.347		1.720	4.832.998
Imobilizações em curso	121.689.991				7.813.453		(3.529.745)	125.973.699
Subtotal	1.243.079.635		(2.174.341)	98.767.646	10.905.034	(1.278.753)	(1.197.728)	1.348.101.493
<b>Investimentos Financeiros:</b>								
Partes de capital	7.279.469				2.957.737		(1.734.731)	8.502.475
Obrigações e títulos de participação	2.500				6.715.507			6.718.007
Outras aplicações financeiras	11.977.851	(529.334)			242.856		(344.124)	11.347.249
Subtotal	19.259.820	(529.334)			9.916.100		(2.078.855)	26.567.731
<b>Total</b>	<b>1.850.101.548</b>	<b>(529.334)</b>	<b>(2.959.537)</b>	<b>99.489.995</b>	<b>26.917.800</b>	<b>(1.278.753)</b>	<b>(3.106.091)</b>	<b>1.968.635.628</b>

Por influência da entidade mãe, durante o exercício de 2014, a rubrica relativa a edifícios e outras construções, registou um ajustamento no montante de 89.114.465 euros. Este ajustamento inclui o processo de conciliação de saldos contabilísticos do imobilizado face às correspondentes listagens do inventário inicial, realizado pela SIGHT, cujo total ascende a 84.227.732 euros, não refletidos no balanço inicial. O valor remanescente de 4.886.734 euros resulta da integração do Bairro da Pasteleira.

## Amortizações e Ajustamentos

Designação	Saldo Inicial	Alteração Critério	Alteração do Perímetro	Reforço	Regularizações	Saldo Final
<b>Bens de Domínio Público:</b>						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios	4.976.397			619.206	5.764	5.601.367
Outras construções e infraestruturas	171.644.859			15.436.040	(163)	187.080.736
Bens do património histórico, artístico e cultural	6.078			10.460	593	17.131
Outros bens de domínio público	26.000.544			3.250.997		29.251.541
Imobilizações em curso						
Subtotal	202.627.878			19.316.703	6.194	221.950.775
<b>Imobilizações Incorpóreas:</b>						
Despesas de instalação						
Despesas de investigação e desenvolvimento	611.941					611.941
Propriedade industrial e outros direitos	3.450.874		(7.364)	114.927		3.558.437
Trespases						
Imobilizações em curso						
Diferenças de consolidação	155.325		(155.325)			
Subtotal	4.218.140		(162.689)	114.927		4.170.378
<b>Imobilizações Corpóreas:</b>						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções	189.994.256		(6.251)	18.662.770	22.837.029	231.487.804
Equipamento básico	79.632.573		(1.360.868)	27.501.050	(783.949)	104.988.806
Equipamento de transporte	6.711.596			158.477	(196.373)	6.673.700
Ferramentas e utensílios	1.042.354			15.174	(67.334)	990.194
Equipamento administrativo	27.069.574		(536.264)	587.795	(297.885)	26.823.220
Taras e vasilhame	2.032					2.032
Outras imobilizações corpóreas	3.891.584		(62.182)	347.197	(478.312)	3.698.287
Subtotal	308.343.969		(1.965.565)	47.272.463	21.013.176	374.664.043
<b>Investimentos financeiros:</b>						
Partes de capital	479.678			190.136	(20.332)	649.482
Investimentos em imóveis						
Outras aplicações financeiras	529.334	(529.334)				
Imobilizações em curso						
Subtotal	1.009.012	(529.334)		190.136	(20.332)	649.482
<b>Total</b>	<b>516.198.999</b>	<b>(529.334)</b>	<b>(2.128.254)</b>	<b>66.894.229</b>	<b>20.999.038</b>	<b>601.434.678</b>

### 8.2.1 – Desagregação das rubricas do ativo imobilizado e respetivas amortizações

O inventário do imobilizado na entidade mãe não está concluído. Tendo em conta o volume da informação a tratar, têm sido analisadas contas específicas, trabalho este que permitiu encontrar o detalhe para os bens móveis, incorpóreos e bens de domínio público, no que respeita aos edifícios e outros bens, bem como para os terrenos e recursos naturais.

Todavia, ainda não é possível apresentar a informação com o nível de descrição solicitado neste ponto.

### **8.2.2 – Imobilizações corpóreas e em curso em poder de terceiros, implantadas em propriedade alheia, reversíveis e respetivos custos financeiros capitalizados no exercício.**

A semelhança do referido anteriormente no ponto 8.2.1, ainda não é possível discriminar detalhadamente todos os bens do imobilizado corpóreo e em curso, que se encontram em qualquer uma destas situações, na medida em que ainda não foi possível concluir, patrimonialmente, o inventário municipal.

### **8.2.3 – Bens do imobilizado que não foi possível valorizar**

Durante o exercício de 2014, foram incorporados no inventário municipal, em Terrenos e Recursos Naturais, diversos bens do imobilizado para os quais não foi possível proceder-se à sua valorização patrimonial e cuja listagem encontra-se em anexo. Em termos gerais, a sua incorporação deve-se, fundamentalmente: i) ao registo cadastral dos bens cuja aquisição, por ser demasiada antiga, se desconhecia, ii) doações, iii) ofertas e, iv) cedências gratuitas (no âmbito de alvarás de loteamento). Para os bens discriminados, o seu registo deve-se ao facto de terem sido adquiridos/registados antes do ano de 2001, sem ter sido possível ainda a sua valorização. Todavia, depois de ocorrida a reconciliação patrimonial destes bens, os mesmos serão objeto de avaliação, se a mesma for exequível.

### **8.2.4 – Bens de domínio público que não são objeto de amortização**

Tipo de Bem	Valor	
	Aquisição	Atualizado
Outras Construções	42.285,82	49.553,62
Capital Arbóreo	301.353,02	341.295,68
Terrenos	4.249.323,64	5.396.638,97
Infraestruturas - Rede Águas	329.628,66	329.628,66
Outras Infraestruturas	8.063.346,31	8.537.321,09
<b>Total</b>	<b>12.985.937,45</b>	<b>14.654.438,02</b>

As razões que motivam a não amortização destes bens decorre da própria lei (CIBE - Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril), na medida em que, em função das características intrínsecas do próprio bem, estes enquadram-se num determinado Grupo Homogéneo ao qual o CIBE não atribui qualquer taxa de amortização, ou ainda, atendendo à lei que determina que os bens classificados como parcelas de terreno do domínio público não sofrem qualquer amortização. No que respeita à rubrica de outras infraestruturas, o seu registo resulta, na sua maioria, de arranjos urbanísticos realizados nos espaços exteriores dos bairros municipais afetos à habitação social.

### **8.3 – Indicação dos custos suportados no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar immobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados nesse período**

Não foram capitalizados juros resultantes de financiamentos a immobilizações

### **8.10 – Vendas e prestações de serviços por atividades e mercados geográficos**

Designação	2014		2013	
	Mercado Interno	Mercado Externo	Mercado Interno	Mercado Externo
Vendas	19.107.929		19.647.726	
Prestações de Serviços	42.665.504		45.236.322	
<b>Total</b>	<b>61.773.433</b>		<b>64.884.048</b>	

### **8.12 – Situações que afetam significativamente os impostos futuros**

Impostos correntes

As empresas municipais são sujeitas passivas de Imposto sobre o Rendimento Coletivo. A taxa de imposto sobre os lucros é de 23% e a taxa de derrama de 1,5% do lucro tributável.

O Município do Porto e a Fundação Porto Social são isentos de IRC.

## Impostos Diferidos

Nos passivos por impostos diferidos estão considerados os impostos diferidos relativos a subsídios ao investimento relacionados com os ativos fixos tangíveis depreciáveis registados no capital próprio.

A Porto Lazer, EM considera nos ativos por impostos diferidos os ajustamentos de dívidas a receber não considerados fiscalmente, enquanto que no passivo é considerado o valor do subsídio ao investimento por reconhecer como rendimento.

O valor considerado pelas empresas em Outras Variações do Capital Próprio em SNC, no que respeita aos subsídios ao investimento, foi reclassificado no Balanço em Proveitos Diferidos, bem como os respetivos impostos diferidos, tendo em conta o referencial contabilístico da empresa mãe.

### **8.13 – Indicação global relativamente às entidades incluídas no perímetro de consolidação das remunerações atribuídas aos membros de cada um dos órgãos executivos e de fiscalização pelo desempenho das respetivas funções, bem como dos órgãos deliberativos das entidades de natureza empresarial**

Entidade	2014				2013			
	Remunerações - Órgão executivo	Remunerações - Órgão Deliberativo	Remunerações - Órgão fiscalização	Número médio de trabalhadores	Remunerações - Órgão executivo	Remunerações - Órgão Deliberativo	Remunerações - Órgão fiscalização	Número médio de trabalhadores
Município do Porto	248.841	63.714	32.423	2.595	287.973	57.554	33.185	2.513
Gestão de Obras Públicas da CMP, E.M.	51.080	0	7.244	19	53.624	0	7.652	20
CMPH – DomusSocial – Empresa de Habitação e Manutenção do Município do Porto, E.M.	104.781	0	10.450	102	86.261	0	13.530	104
CMPL – Empresa de Desporto e Lazer do Município do Porto, E.M.	91.742	0	8.906	81	41.214	0	9.530	84
CMPEA – Empresa de Águas do Município do Porto, E.M.	100.827	0	13.310	464	52.056	0	14.160	464
Fundação para o Desenvolvimento Social do Porto	55.834	0	7.820	27	45.228	0	900	29

## 8.17 – Demonstração consolidada dos resultados financeiros

Designação	2014	2013
<b>Custos e Perdas</b>		
Juros suportados	2.730.325	3.311.645
Perdas em entidades participadas	374.061	586.556
Amortização de investimentos em imóveis		
Provisões para aplicações financeiras / Ajustamentos de provisões financ.	534.919	459.027
Diferenças de câmbio desfavoráveis	56	
Descontos de pronto pagamento concedidos		
Perdas na alienação de aplicações de tesouraria		
Outros custos e perdas financeiras	1.204.220	169.412
Resultados financeiros	3.207.495	4.270.435
<b>Total</b>	<b>8.051.076</b>	<b>8.797.075</b>
<b>Proveitos e Ganhos</b>		
Juros obtidos	776.601	871.748
Ganhos em entidades participadas	743.300	1.046.730
Rendimentos de imóveis	6.531.175	6.794.129
Rendimentos de participações de capital		
Diferenças de câmbio favoráveis		
Descontos de pronto pagamento obtidos		84.468
Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria		
Outros proveitos e ganhos financ / Reversões e out. prov. ganhos financ.		
<b>Total</b>	<b>8.051.076</b>	<b>8.797.075</b>

O montante de juros suportados é maioritariamente explicado pelos empréstimos contraídos pela entidade mãe, para a construção e reabilitação de infraestruturas no âmbito do EURO 2004 e no âmbito da construção e recuperação de habitações sociais. Para os empréstimos contraídos em 2002 para construção e reabilitação de infraestruturas no âmbito do EURO 2004 e para aquisição, construção ou recuperação de imóveis destinados à Habitação Social, e até à sua maturidade, não ocorrerão variações significativas nos respetivos encargos financeiros.

Em relação aos proveitos com rendimentos de imóveis por influência da entidade mãe, os montantes referem-se essencialmente à concessão à EDP Distribuição do exercício dos direitos e poderes do Município do Porto na gestão do serviço público de distribuição de energia elétrica em baixa tensão. A concessão confere ao Município o direito a uma renda e à EDP Distribuição o direito a isenções, nomeadamente quanto ao uso dos bens de domínio público municipal, as quais são determinadas por portaria ministerial.

O período de concessão renovou-se em 22 de Dezembro de 2006 e tem a duração de 20 anos, nos termos do Decreto-Lei n.º 341/90, de 30 de Outubro.



Com referência a 31 de Dezembro de 2014 o montante do ativo afeto à concessão não se encontra refletido no ativo imobilizado do Município do Porto.

### 8.18 – Demonstração consolidada dos resultados extraordinários

Designação	2014	2013
<b>Custos e Perdas</b>		
Transferências de capital concedidas	2.005.905	1.807.274
Donativos	11.327	
Dívidas incobráveis		590
Perdas em existências	182.750	213.214
Perdas em imobilizações	1.410.723	2.559.789
Multas e penalidades	4.851.794	5.759
Aumentos de amortizações e provisões		118.392
Correções relativas a exercícios anteriores	3.868.004	2.093.679
Outros custos e perdas extraordinárias	41.786	2.835.187
Resultados extraordinários	19.478.491	10.431.492
<b>Total</b>	<b>31.850.780</b>	<b>20.065.376</b>
<b>Proveitos e Ganhos</b>		
Restituição de impostos	40.735	
Recuperação de dívidas		
Ganhos em existências	78.866	137.616
Ganhos em imobilizações	1.002.732	1.410.293
Benefícios de penalidades contratuais	870.058	1.818.733
Reduções de amortizações e de provisões	15.389.973	3.399.542
Correções relativas a exercícios anteriores	3.164.477	1.534.469
Outros proveitos e ganhos extraordinários	11.303.939	11.764.723
Reembolsos e Restituições		
<b>Total</b>	<b>31.850.780</b>	<b>20.065.376</b>

### 8.19 – Desdobramento da conta de provisões e movimentos do exercício

Contas	Saldo Inicial	Alteração Critério	Alt. Perímetro	Reforço	Reversão	Saldo Final
Provisões para aplicações de tesouraria						
Provisões para cobranças duvidosas	27.486.810		(910)	2.025.263	(1.823.174)	27.687.989
Provisões para riscos e encargos	35.992.428		(50.383)	27.032.521	(16.916.574)	46.057.992
Provisões para depreciação de existências	46.605				(46.605)	
Provisões para investimentos financeiros	1.009.012	(529.334)		190.135	(20.331)	649.482
<b>Total</b>	<b>64.534.855</b>	<b>(529.334)</b>	<b>(51.293)</b>	<b>29.247.919</b>	<b>(18.806.684)</b>	<b>74.395.463</b>

Na entidade mãe ao nível das provisões para riscos e encargos, destacam-se as reduções do exercício no montante de 8.617.474 euros, relativas ao valor da indemnização resultante do acordo extrajudicial realizado entre o Município do Porto e o grupo Soares da Costa. Por sua vez, assinala-se, para os aumentos, o reforço das provisões para processos judiciais em curso e outros riscos e encargos no montante de 21.730.054 euros, proveniente da entidade mãe e no valor de 4 266 973 euros, das Aguas do Porto, EM, relacionadas com o Acordo Caixa de Reformas.

## 8.20 – Bens utilizados em regime de locação financeira - valores contabilísticos

Data do Contrato de Locação	Finalidade	Entidade Credora	Capital Utilizado	Encargos do Ano		Amortização Acumulada	Capital em dívida 31/12/2014
				Amortização	Juros		
29-07-99	Edifício dos CTT	Caixaleasing	12.746.705	588.205	21.983	6.502.034	6.244.672

## 8.21 – Fundo Patrimonial

Contas		Saldo Inicial	Alteração Perímetro	Aumento	Redução	Saldo Final
51	<b>Património</b>	834.518.001	136.139	87.526.955		921.908.817
	Diferenças de Consolidação	1.536.226				1.536.226
55	<b>Ajustamentos de partes de capital em empresas</b>	336.781				336.781
553	Outras variações nos capitais em empresas					
554	Depreciações					
57	<b>Reservas</b>					
571	Reservas legais	8.735.783		463.022		9.198.805
572	Reservas estatutárias	33.427				33.427
574	Reservas livres	121.615				121.615
575	Subsídios	101.456				101.456
576	Doações	157.922		10.085.447		10.243.369
577	Reservas decorrentes da transferência de ativos	77.068.558				77.068.558
578	Regularizações Entidades Participadas	61.662.214			263.719	61.398.495
59	<b>Resultados transitados</b>	38.708.303	-776.629	85.662.506	72.969.330	50.624.850
	<b>Total</b>	<b>1.022.980.289</b>	<b>-640.490</b>	<b>183.737.930</b>	<b>73.233.049</b>	<b>1.132.572.399</b>

A conta 51 – Património regista os fundos relativos às entidades consideradas no perímetro de consolidação, bem como as alterações subsequentes que venham a ser formalmente autorizadas.

Neste particular, registou-se um aumento de 87.526.955 euros, que na sua grande maioria se justificam pelo aumento ocorrido na entidade mãe de 85.260.108 euros resultante do processo de conciliação de saldos contabilísticos do imobilizado face às correspondentes listagens do inventário inicial, realizado pela SIGHT, e não refletidos no balanço inicial bem como pelos 2,2 milhões de euros provenientes do registo de bens, de diversas parcelas de

terrenos e prédios municipais que, no momento da sua avaliação, cedência ou venda, não tinham sido objeto de inventariação ao nível do balanço inicial na entidade mãe.

### **Ajustamentos em partes de capital e empresas**

Nesta rubrica encontram-se registadas as diferenças de ajustamentos de partes de capital associada à conta 411 – Investimentos Financeiros.

### **Reservas**

Estas contas encontram-se desagregadas ao nível do balanço, consoante a natureza das mesmas, designadamente:

571- Reservas legais - O aumento diz respeito ao cumprimento legal, quanto à aplicação do resultado líquido de 2013, por todas as entidades.

576 – Doações – Este incremento resulta, quase na sua totalidade, da contabilização da extinção da Fundação para o Desenvolvimento da Zona Histórica do Porto, designadamente pelo reconhecimento do conjunto de bens, em particular, ativos monetários e imobiliários, que traduzem a doação do respetivo acervo, na entidade mãe.

### **Resultados transitados**

O movimento ocorrido em 2014 na rubrica de resultados transitados resultou dos seguintes efeitos:

- Aplicação do resultado líquido proveniente do exercício anterior, na parte remanescente ao reforço das reservas legais.
- De um aumento por influência dos movimentos ocorridos na entidade mãe correspondente à receita arrecadada em 2014 relativa a proveitos de exercícios anteriores, no montante de 76.743.798 euros, associada aos valores dos impostos diretos e Derrama de 2013 e à Participação Fixa no IRS proveniente do Orçamento de Estado. Neste âmbito, implementou-se uma mudança de procedimentos relativamente a especialização destes impostos, na medida em que, a partir de 2014, o seu reconhecimento passou a ser efetuado no próprio ano a que estes impostos e transferências dizem respeito, com base nos valores que se estima virem a ser recebidos.

Das seguintes reduções relativas a regularizações não frequentes e de grande significado na entidade mãe:

- Pela incorporação do montante de 22.024.395 euros relativo ao valor das amortizações acumuladas, resultante do processo de conciliação de saldos contabilísticos da rubrica do imobilizado de edifícios e outras construções;
- Pelo reforço das provisões para processos judiciais em curso e para outros riscos e encargos no montante de 18.978.320 euros, por estarem relacionadas com situações conhecidas em exercícios anteriores.

A aplicação da homogeneização de critérios, provocou uma redução, na conta de resultados transitados, no montante de 21.056.998 euros, por força dos ajustamentos efetuados no imobilizado corpóreo das empresas incluídas no perímetro de consolidação. A empresa que mais contribuiu neste ajustamento foi as Águas do Porto, EM, pelas amortizações acumuladas do equipamento básico e pela correção no imobilizado corpóreo referente ao IMT dos imóveis transferidos do ex - SMAS do Porto, cujo valor as Águas do Porto, EM acresceram ao seu imobilizado. Outra das reduções ocorridas nos Resultados Transitados, por força da homogeneização de critérios, está relacionada com a rubrica Edifícios e Outras Construções, no montante de 3.369.097 euros, respeitante ao Edifício do Monte Aventino e à Casa do Desporto, cujos imóveis tinham sido reavaliados aquando da transação entre a entidade mãe e a empresa Porto Lazer, EM. Verificou-se ainda uma movimentação negativa dos resultados transitados por força das responsabilidades da empresa Aguas do Porto EM, no processo Caixa de Reformas e Pensões no valor de 4.266.973 euros.

## 9. Informações diversas

### 9.1 – Outras informações exigidas por diplomas legais

Dívida Bruta Consolidada		
	2014	2013
Dívidas a Pagar de curto prazo	41.351.690	37.610.546
Dívidas a Pagar de médio e longo prazo	82.052.323	85.752.085
<b>Total</b>	<b>123.404.013</b>	<b>123.362.631</b>

## **9.2 – Outras informações consideradas relevantes para uma melhor compreensão da situação financeira e do resultado do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação**

A Fundação para o Desenvolvimento Social do Porto, não aplicava os normativos públicos contabilísticos, pelo que apenas com a Lei 24/2012 de 9 de julho (Lei-quadro das fundações) se estabeleceram novas regras internas de atuação. Dadas as peculiares circunstâncias da instituição, foi estabelecido iniciar em 1 de janeiro de 2014 a aplicação do regime contabilístico definido no Decreto-Lei nº 232/97, de 3 de setembro, que aprova o Plano Oficial de Contabilidade Pública.

Órgão Executivo

Órgão Deliberativo



# RELATÓRIO DE GESTÃO. 2014



Certificação Legal de Contas





## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

### Introdução

- 1 Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas do **Município do Porto**, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2014 (que evidencia um total de 1.541.106.791 euros e um total de fundos próprios de 1.140.652.356 euros, incluindo um resultado líquido de 8.079.957 euros), a Demonstração consolidada dos resultados e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo explicativo, incluindo, nomeadamente os saldos e fluxos financeiros entre as entidades alvo de consolidação e o mapa de endividamento consolidado de médio e longo prazo.

### Responsabilidades

- 2 É da responsabilidade do Órgão Executivo a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das entidades incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
- 3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### Âmbito

- 4 Excepto quanto às limitações descritas nos parágrafos n.ºs 7 e 8 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - a verificação de as demonstrações financeiras das entidades incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelos Conselhos de Administração das entidades incluídas na consolidação e pelo Órgão Executivo do Município do Porto, utilizadas na sua preparação;
  - a verificação das operações de consolidação;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; e,
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

- 5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.
- 6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

### Reservas

- 7 No âmbito do processo em curso de inventariação e valorização do seu imobilizado, e apesar dos esforços desenvolvidos no decurso de 2014 pelo Município do Porto e pela CMPEA – Empresa de Águas do Município do Porto, EM, à semelhança do verificado em exercícios anteriores, continua a não ser possível executar os procedimentos que consideramos adequados no tocante à inventariação e valorização dos bens que incorporam as imobilizações corpóreas e os bens de domínio público. A fase de acabamento em que o processo de análise se encontra não nos permite avaliar o impacto que a conclusão do mesmo originaria nas demonstrações financeiras consolidadas do Município do Porto com referência a 31 de Dezembro de 2014 e, conseqüentemente, concluir sobre a razoabilidade dos saldos evidenciados nas contas bens de domínio público, imobilizações corpóreas, amortizações do exercício e acumuladas, património, subsídios, doações, resultados transitados e o impacto em impostos diferidos pelo efeito fiscal sobre a homogeneização da política contabilística das depreciações que o Município do Porto optou por não lançar, bem como dos montantes de 136.548.364 euros, 39.401 euros e 982.461 euros, incluídos nas contas proveitos diferidos, custos e perdas extraordinárias, proveitos e ganhos extraordinários (pelo reconhecimento da quota parte dos subsídios ao investimento, abates e vendas de imobilizações), respectivamente, bem como sobre os valores evidenciados nas notas 8.2, 8.12, 8.18 e 8.21 do Anexo.
- 8 De acordo com o disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 63º do Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de Dezembro, em conjugação com o disposto no artigo 56º da Lei n.º 114/88, de 30 de Dezembro, é da obrigação do Município do Porto o pagamento de parte das pensões de funcionário e ex-funcionários subscritores da Caixa Geral de Aposentações na correspondência do período de serviço compreendido entre 1 de Janeiro de 1973 e 31 de Dezembro de 1988. Na sequência das análises efectuadas, verificámos que o Município do Porto não procedeu ainda ao estudo actuarial que irá permitir o apuramento da responsabilidade actual a registar no seu balanço, pelo que não nos é possível concluir sobre o impacto que esta situação teria nas demonstrações financeiras consolidadas do Município do Porto com referência a 31 de Dezembro de 2014.

### Opinião com reservas

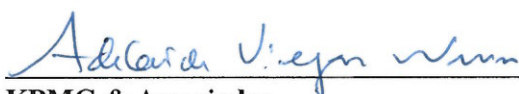
- 9 Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários efectuar caso não existissem as limitações referidas nos parágrafos n.ºs 7 e 8 acima, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do **Município do Porto** em 31 de Dezembro de 2014, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal previstos no POCAL.



## Ênfases

- 10 Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para as seguintes situações:
- 10.1 As demonstrações financeiras consolidadas referentes ao período findo em 31 de Dezembro de 2013, apresentadas para efeitos comparativos, foram examinadas por outra Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que emitiu a Certificação Legal das Contas Consolidadas, datada de 14 de Maio de 2014, com três reservas e três ênfases. A nossa nomeação como revisores ocorreu em 19 de Junho de 2014, para efectuarmos a revisão legal das contas ao período findo em 31 de Dezembro de 2014.
- 10.2 Conforme divulgado na nota 2 do Anexo, durante 2014 o Município do Porto e a CMPEA – Empresa de Águas do Município do Porto, EM procederam ao ajustamento de alguns procedimentos contabilísticos e de consolidação com reflexo global positivo na conta resultados transitados de cerca 30 milhões de euros. Este montante inclui 4.266.973 euros de responsabilidades com pensões de aposentação, invalidez e outras com funcionários da CMPEA – Empresa de Águas do Município do Porto, EM apuradas com base num estudo actuarial realizado por uma entidade especializada, ficando assim sanada a situação que consta na reserva do parágrafo n.º 9 da Certificação Legal das Contas Consolidadas emitida com referência a 31 de Dezembro de 2013.

Porto, 1 de Junho de 2015



**KPMG & Associados**

**Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)**

representada por

Adelaide Maria Viegas Clare Neves (ROC n.º 862)



# RELATÓRIO DE GESTÃO. 2014



Anexos



Grupo:	CMP	Exercício:		31-dez-14			
Empresa:	CMP						
<b>Saldos e fluxos financeiros entre as Entidades do Grupo Público</b>							
<b>14.3.3.5. Saldos e fluxos financeiros entre as Entidades do Grupo Público</b>	Total	Emp. 1 CMP	Emp. 2 GOP	Emp. 3 Domus Social	Emp. 4 Porto Lazer (CMPL)	Emp. 5 AdP	Emp. 6 Fundação Porto Social
<b>Obrigações / Pagamentos</b>							
<b>Saldo inicial</b>							
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	80.298	-	-	-	50	80.248	-
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo inicial</b>	<b>80.298</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>50</b>	<b>80.248</b>	<b>-</b>
<b>Obrigações constituídas no exercício</b>							
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios	4.517.921	-	1.158.904	659.265	2.699.753	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	15.140.626	-	5.153.636	5.232.965	1.587.470	1.480.689	1.685.865
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
<b>Obrigações constituídas no exercício</b>	<b>19.658.547</b>	<b>-</b>	<b>6.312.540</b>	<b>5.892.230</b>	<b>4.287.223</b>	<b>1.480.689</b>	<b>1.685.865</b>
<b>Anulações no exercício</b>							
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios	38.904	-	38.904	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	1.112.735	-	368.557	436.113	-	209.864	98.201
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
<b>Anulações no exercício</b>	<b>1.151.639</b>	<b>-</b>	<b>407.461</b>	<b>436.113</b>	<b>-</b>	<b>209.864</b>	<b>98.201</b>
<b>Pagamentos do exercício</b>							
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios	4.479.018	-	1.120.000	659.265	2.699.753	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	14.107.229	-	4.785.079	4.796.852	1.587.520	1.350.114	1.587.664
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
<b>Pagamentos do exercício</b>	<b>18.586.247</b>	<b>-</b>	<b>5.905.079</b>	<b>5.456.117</b>	<b>4.287.273</b>	<b>1.350.114</b>	<b>1.587.664</b>
<b>Saldo final</b>							
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	959	-	-	-	-	959	-
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo final</b>	<b>959</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>959</b>	<b>-</b>
<b>Direitos / Recebimentos</b>							
<b>Saldo inicial</b>							
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	1.692	-	-	-	-	1.515	177
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo inicial</b>	<b>1.692</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.515</b>	<b>177</b>
<b>Direitos constituídos no exercício</b>							
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	2.519.350	-	303.426	1.684.985	24.185	502.360	4.393
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
<b>Direitos constituídos no exercício</b>	<b>2.519.350</b>	<b>-</b>	<b>303.426</b>	<b>1.684.985</b>	<b>24.185</b>	<b>502.360</b>	<b>4.393</b>
<b>Anulações do exercício</b>							
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	191	-	-	-	14	-	177
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
<b>Anulações do exercício</b>	<b>191</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>14</b>	<b>-</b>	<b>177</b>
<b>Recebimentos do exercício</b>							
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	261.459	-	19.543	128.433	23.966	85.679	3.837
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
<b>Recebimentos do exercício</b>	<b>261.459</b>	<b>-</b>	<b>19.543</b>	<b>128.433</b>	<b>23.966</b>	<b>85.679</b>	<b>3.837</b>
<b>Saldo final</b>							
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	2.259.392	-	283.883	1.556.552	205	418.195	556
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo final</b>	<b>2.259.392</b>	<b>-</b>	<b>283.883</b>	<b>1.556.552</b>	<b>205</b>	<b>418.195</b>	<b>556</b>

Grupo:	CMP	Exercício:		31-dez-14			
Empresa:	GOP						
<b>Saldos e fluxos financeiros entre as Entidades do Grupo Público</b>							
<b>14.3.3.5. Saldos e fluxos financeiros entre as Entidades do Grupo Público</b>	Total	Emp. 1 CMP	Emp. 2 GOP	Emp. 3 Domus Social	Emp. 4 Porto Lazer	Emp. 5 AdP	Emp. 6 Fundação Porto Social
<b>Obrigações / Pagamentos</b>							
<b>Saldo inicial</b>							
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo inicial</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Obrigações constituídas no exercício</b>							
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	123.254	19.543	-	103.711	-	-	-
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
<b>Obrigações constituídas no exercício</b>	<b>123.254</b>	<b>19.543</b>	<b>-</b>	<b>103.711</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Anulações no exercício</b>							
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	179	-	-	179	-	-	-
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
<b>Anulações no exercício</b>	<b>179</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>179</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Pagamentos do exercício</b>							
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	123.075	19.543	-	103.532	-	-	-
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
<b>Pagamentos do exercício</b>	<b>123.075</b>	<b>19.543</b>	<b>-</b>	<b>103.532</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Saldo final</b>							
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo final</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Direitos / Recebimentos</b>							
<b>Saldo inicial</b>							
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	68.057	-	-	63.023	-	5.034	-
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-
Outros	4.140	-	-	-	-	4.140	-
<b>Saldo inicial</b>	<b>72.197</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>63.023</b>	<b>-</b>	<b>9.174</b>	<b>-</b>
<b>Direitos constituídos no exercício</b>							
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios	1.158.904	1.158.904	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	5.536.623	5.219.823	-	249.111	-	67.689	-
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
<b>Direitos constituídos no exercício</b>	<b>6.695.526</b>	<b>6.378.726</b>	<b>-</b>	<b>249.111</b>	<b>-</b>	<b>67.689</b>	<b>-</b>
<b>Anulações do exercício</b>							
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios	256.600	256.600	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	505.221	500.930	-	-	-	4.291	-
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
<b>Anulações do exercício</b>	<b>761.821</b>	<b>757.530</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.291</b>	<b>-</b>
<b>Recebimentos do exercício</b>							
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios	1.120.000	1.120.000	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	5.140.310	4.785.079	-	301.947	-	53.284	-
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-
Outros	4.140	-	-	-	-	4.140	-
<b>Recebimentos do exercício</b>	<b>6.264.450</b>	<b>5.905.079</b>	<b>-</b>	<b>301.947</b>	<b>-</b>	<b>57.424</b>	<b>-</b>
<b>Saldo final</b>							
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios	(217.697)	(217.697)	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	(40.851)	(66.186)	-	10.186	-	15.149	-
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo final</b>	<b>(258.548)</b>	<b>(283.883)</b>	<b>-</b>	<b>10.186</b>	<b>-</b>	<b>15.149</b>	<b>-</b>



Grupo:	CMP	Exercício:		31-dez-14			
Empresa:	Domus Social						
<b>Saldos e fluxos financeiros entre as Entidades do Grupo Público</b>							
<b>14.3.3.5. Saldos e fluxos financeiros entre as Entidades do Grupo Público</b>	Total	Emp. 1 CMP	Emp. 2 GOP	Emp. 3 Domus Social	Emp. 4 Porto Lazer	Emp. 5 AdP	Emp. 6 Fundação Porto Social
<b>Obrigações / Pagamentos</b>							
<b>Saldo inicial</b>							
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	63.023	-	63.023	-	-	-	-
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo inicial</b>	<b>63.023</b>	<b>-</b>	<b>63.023</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Obrigações constituídas no exercício</b>							
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	300.916	28.433	249.111	-	-	23.373	-
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
<b>Obrigações constituídas no exercício</b>	<b>300.916</b>	<b>28.433</b>	<b>249.111</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>23.373</b>	<b>-</b>
<b>Anulações no exercício</b>							
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
<b>Anulações no exercício</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Pagamentos do exercício</b>							
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	351.204	28.433	301.947	-	-	20.823	-
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
<b>Pagamentos do exercício</b>	<b>351.203,61</b>	<b>28.432,89</b>	<b>301.947,24</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>20.823</b>	<b>-</b>
<b>Saldo final</b>							
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	12.735	-	10.186	-	-	2.549	-
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo final</b>	<b>12.735</b>	<b>-</b>	<b>10.186</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.549</b>	<b>-</b>
<b>Direitos / Recebimentos</b>							
<b>Saldo inicial</b>							
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	(358)	(358)	-	-	-	-	-
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo inicial</b>	<b>(358)</b>	<b>(358)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Direitos constituídos no exercício</b>							
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios	659.265	659.265	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	5.357.498	5.232.965	118.669	-	84	-	5.780
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
<b>Direitos constituídos no exercício</b>	<b>6.016.763</b>	<b>5.892.230</b>	<b>118.669</b>	<b>-</b>	<b>84</b>	<b>-</b>	<b>5.780</b>
<b>Anulações do exercício</b>							
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	2.107.886	2.092.665	15.137	-	84	-	-
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
<b>Anulações do exercício</b>	<b>2.107.885,89</b>	<b>2.092.665,08</b>	<b>15.137,31</b>	<b>-</b>	<b>84</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Recebimentos do exercício</b>							
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios	659.265	659.265	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	4.805.806	4.696.494	103.532	-	-	-	5.780
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
<b>Recebimentos do exercício</b>	<b>5.465.071</b>	<b>5.355.759</b>	<b>103.532</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5.780</b>
<b>Saldo final</b>							
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	(1.556.552)	(1.556.552)	-	-	-	-	-
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo final</b>	<b>(1.556.552)</b>	<b>(1.556.552)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Grupo:	CMP		Exercício:			31-dez-14	
Empresa:	CMPL - PORTO LAZER - Empresa de Desporto e Lazer do Município do Porto, EM						
<b>Saldos e fluxos financeiros entre as Entidades do Grupo Público</b>							
<b>14.3.3.5. Saldos e fluxos financeiros entre as Entidades do Grupo Público</b>	Total	Emp. 1 CMP	Emp. 2 GOP	Emp. 3 Domus Social	Emp. 4 Porto Lazer	Emp. 5 AdP	Emp. 6 Fundação Porto Social
<b>Obrigações / Pagamentos</b>							
<b>Saldo inicial</b>							
Transferências	-						
Subsídios	-						
Empréstimos	-						
Relações comerciais	3.157					3.157	
Participações do capital em numerário	-						
Participações do capital em espécie	-						
Outros	-						
<b>Saldo inicial</b>	<b>3.157</b>	-	-	-	-	<b>3.157</b>	-
<b>Obrigações constituídas no exercício</b>							
Transferências	-						
Subsídios	-						
Empréstimos	-						
Relações comerciais	175.361	25.984				149.377	
Participações do capital em numerário	-						
Participações do capital em espécie	-						
Outros	-						
<b>Obrigações constituídas no exercício</b>	<b>175.361</b>	<b>25.984</b>	-	-	-	<b>149.377</b>	-
<b>Anulações no exercício</b>							
Transferências	-						
Subsídios	-						
Empréstimos	-						
Relações comerciais	-						
Participações do capital em numerário	-						
Participações do capital em espécie	-						
Outros	-						
<b>Anulações no exercício</b>	-	-	-	-	-	-	-
<b>Pagamentos do exercício</b>							
Transferências	-						
Subsídios	-						
Empréstimos	-						
Relações comerciais	165.367	23.966				141.401	
Participações do capital em numerário	-						
Participações do capital em espécie	-						
Outros	-						
<b>Pagamentos do exercício</b>	<b>165.367</b>	<b>23.966</b>	-	-	-	<b>141.401</b>	-
<b>Saldo final</b>							
Transferências	-						
Subsídios	-						
Empréstimos	-						
Relações comerciais	13.151	2.018				11.133	
Participações do capital em numerário	-						
Participações do capital em espécie	-						
Outros	-						
<b>Saldo final</b>	<b>13.151</b>	<b>2.018</b>	-	-	-	<b>11.133</b>	-
<b>Direitos / Recebimentos</b>							
<b>Saldo inicial</b>							
Transferências	-						
Subsídios	-						
Empréstimos	-						
Relações comerciais	50	50					
Participações do capital em numerário	-						
Participações do capital em espécie	-						
Outros	-						
<b>Saldo inicial</b>	<b>50</b>	<b>50</b>	-	-	-	-	-
<b>Direitos constituídos no exercício</b>							
Transferências	-						
Subsídios	2.699.753	2.699.753					
Empréstimos	-						
Relações comerciais	1.624.905	1.587.470				37.435	
Participações do capital em numerário	-						
Participações do capital em espécie	-						
Outros	-						
<b>Direitos constituídos no exercício</b>	<b>4.324.658</b>	<b>4.287.223</b>	-	-	-	<b>37.435</b>	-
<b>Anulações do exercício</b>							
Transferências	-						
Subsídios	-						
Empréstimos	-						
Relações comerciais	-						
Participações do capital em numerário	-						
Participações do capital em espécie	-						
Outros	-						
<b>Anulações do exercício</b>	-	-	-	-	-	-	-
<b>Recebimentos do exercício</b>							
Transferências	-						
Subsídios	2.699.753	2.699.753					
Empréstimos	-						
Relações comerciais	1.624.955	1.587.520				37.435	
Participações do capital em numerário	-						
Participações do capital em espécie	-						
Outros	-						
<b>Recebimentos do exercício</b>	<b>4.324.708</b>	<b>4.287.273</b>	-	-	-	<b>37.435</b>	-
<b>Saldo final</b>							
Transferências	-						
Subsídios	-						
Empréstimos	-						
Relações comerciais	-						
Participações do capital em numerário	-						
Participações do capital em espécie	-						
Outros	-						
<b>Saldo final</b>	-	-	-	-	-	-	-

Grupo:	CMP	Exercício:		31-dez-14			
Empresa:	AdP						
<b>Saldos e fluxos financeiros entre as Entidades do Grupo Público</b>							
<b>14.3.3.5. Saldos e fluxos financeiros entre as Entidades do Grupo Público</b>	Total	Emp. 1 CMP	Emp. 2 GOP	Emp. 3 Domus Social	Emp. 4 Porto Lazer	Emp. 5 AdP	Emp. 6 Fundação Porto Social
<b>Obrigações / Pagamentos</b>							
<b>Saldo inicial</b>							
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	5.807	1.515	4.292	-	-	-	-
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	40.049	40.049	-	-	-	-	-
Outros	2.082.833	2.078.693	4.140	-	-	-	-
<b>Saldo inicial</b>	<b>2.128.689</b>	<b>2.120.257</b>	<b>8.432</b>	-	-	-	-
<b>Obrigações constituídas no exercício</b>							
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	196.097	93.446	64.141	-	38.510	-	-
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-
Outros	9.326.779	9.326.128	651	-	-	-	-
<b>Obrigações constituídas no exercício</b>	<b>9.522.877</b>	<b>9.419.575</b>	<b>64.792</b>	-	<b>38.510</b>	-	-
<b>Anulações no exercício</b>							
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
<b>Anulações no exercício</b>	-	-	-	-	-	-	-
<b>Pagamentos do exercício</b>							
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	180.224	87.778	53.935	-	38.510	-	-
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	40.049	40.049	-	-	-	-	-
Outros	8.993.747	8.989.607	4.140	-	-	-	-
<b>Pagamentos do exercício</b>	<b>9.214.019</b>	<b>9.117.434</b>	<b>58.075</b>	-	<b>38.510</b>	-	-
<b>Saldo final</b>							
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	21.681	7.183	14.498	-	-	-	-
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-
Outros	2.415.865	2.415.214	651	-	-	-	-
<b>Saldo final</b>	<b>2.437.546</b>	<b>2.422.397</b>	<b>15.149</b>	-	-	-	-
<b>Direitos / Recebimentos</b>							
<b>Saldo inicial</b>							
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	110.323	95.722	-	10.708	3.819	-	73
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo inicial</b>	<b>110.323</b>	<b>95.722</b>	-	<b>10.708</b>	<b>3.819</b>	-	<b>73</b>
<b>Direitos constituídos no exercício</b>							
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	1.366.376	1.202.265	-	19.053	141.780	-	3.277
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
<b>Direitos constituídos no exercício</b>	<b>1.366.376</b>	<b>1.202.265</b>	-	<b>19.053</b>	<b>141.780</b>	-	<b>3.277</b>
<b>Anulações do exercício</b>							
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	8.169	-	-	8.169	-	-	-
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
<b>Anulações do exercício</b>	<b>8.169</b>	-	-	<b>8.169</b>	-	-	-
<b>Recebimentos do exercício</b>							
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	1.437.599	1.272.848	-	19.718	141.683	-	3.350
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
<b>Recebimentos do exercício</b>	<b>1.437.599</b>	<b>1.272.848</b>	-	<b>19.718</b>	<b>141.683</b>	-	<b>3.350</b>
<b>Saldo final</b>							
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	30.930	25.140	-	1.874	3.917	-	-
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo final</b>	<b>30.930</b>	<b>25.140</b>	-	<b>1.874</b>	<b>3.917</b>	-	-

Grupo:	CMP		Exercício:		31-dez-14		
Empresa:	FUNDAÇÃO SOCIAL DO PORTO						
<b>Saldos e fluxos financeiros entre as Entidades do Grupo Público</b>							
<b>14.3.3.5. Saldos e fluxos financeiros entre as Entidades do Grupo Público</b>	Total	Emp. 1 CMP	Emp. 2 GOP	Emp. 3 Domus Social	Emp. 4 Porto Lazer	Emp. 5 AdP	Emp. 6 Fundação Porto Social
<b>Obrigações / Pagamentos</b>							
<b>Saldo inicial</b>							
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	616	616	-	-	-	-	-
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo inicial</b>	<b>616</b>	<b>616</b>	-	-	-	-	-
<b>Obrigações constituídas no exercício</b>							
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	13.135	3.937	-	5.780	-	3.418	-
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
<b>Obrigações constituídas no exercício</b>	<b>13.135</b>	<b>3.937</b>	-	<b>5.780</b>	-	<b>3.418</b>	-
<b>Anulações no exercício</b>							
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
<b>Anulações no exercício</b>	-	-	-	-	-	-	-
<b>Pagamentos do exercício</b>							
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	12.731	3.558	-	5.780	-	3.393	-
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
<b>Pagamentos do exercício</b>	<b>12.731</b>	<b>3.558</b>	-	<b>5.780</b>	-	<b>3.393</b>	-
<b>Saldo final</b>							
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	1.020	996	-	-	-	25	-
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo final</b>	<b>1.020</b>	<b>996</b>	-	-	-	<b>25</b>	-
<b>Direitos / Recebimentos</b>							
<b>Saldo inicial</b>							
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	128.746	128.746	-	-	-	-	-
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo inicial</b>	<b>128.746</b>	<b>128.746</b>	-	-	-	-	-
<b>Direitos constituídos no exercício</b>							
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	1.587.664	1.587.664	-	-	-	-	-
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
<b>Direitos constituídos no exercício</b>	<b>1.587.664</b>	<b>1.587.664</b>	-	-	-	-	-
<b>Anulações do exercício</b>							
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
<b>Anulações do exercício</b>	-	-	-	-	-	-	-
<b>Recebimentos do exercício</b>							
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	1.716.410	1.716.410	-	-	-	-	-
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
<b>Recebimentos do exercício</b>	<b>1.716.410</b>	<b>1.716.410</b>	-	-	-	-	-
<b>Saldo final</b>							
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-
Relações comerciais	0	0	-	-	-	-	-
Participações do capital em numerário	-	-	-	-	-	-	-
Participações do capital em espécie	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo final</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	-	-	-	-	-